



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
RIO GRANDE DO SUL – IFRS
CAMPUS VIAMÃO

ILIETE APARECIDA CITADIN
ZADELENE ZARO

BECO DO PESQUEIRO: PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL
FRENTE A CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

VIAMÃO
2025

ILIETE APARECIDA CITADIN
ZADELENE ZARO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGROECOLOGIA

BECO DO PESQUEIRO: PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL
FRENTE A CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Especialização em Agroecologia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Especialista em Agroecologia.

Orientadora: Prof^a Dr(a). Merli Leal da Silva

VIAMÃO
2025

ILIETE APARECIDA CITADIN
ZADELENE ZARO

BECO DO PESQUEIRO: PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL
FRENTE A CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Trabalho de Conclusão de Curso de
Especialização em Agroecologia do
Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Sul
apresentado como requisito para obtenção
do título de Especialista em Agroecologia.

Aprovado em: 30 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Examinadora - Dra. Marilu Goulart

Examinador - Ms. José Renato Barcelos

Orientadora - Prof^a Dr(a). Merli Leal da Silva

AGRADECIMENTOS

A nossas amadas famílias, que sempre torcem por nós e nos dão apoio, cada qual do seu jeito, em especial, aos nossos companheiros Luix e Bernardo.

Agradecimentos afetuosos a quem nos ajudou a revisar o texto com um olhar crítico e atento: Denise e Luix. E cumprir as exigências formais: Renata Citadin.

À orientadora Mérli Leal da Silva ao acolher nossa proposta de contribuir para revelar que agroecologia está para além dos sistemas agroalimentares, conceito em constante aperfeiçoamento nas pautas socioambientais de nosso tempo.

À banca, formada por pesquisadoras(es) vinculados às lutas sociais, que com sua generosidade aceitou de pronto o desafio de ser nossas avaliadoras e avaliador.

Às companheiras do Grupo Sobrevivência – Cris e Sandra - pelas constantes trocas no andar do curso.

Com ênfase, agradecemos à comunidade do Beco do Pesqueiro, em especial a quem participou do GT do PAT/Tempo Comunidade, pela oportunidade de (re)aprender a ser coletividade. Às pessoas que se dispuseram a ser entrevistadas e aquelas que colaboraram na mediação para que outras entrevistas acontecessem. Também agradecemos a quem abriu sua morada para as atividades propostas e a todas que compartilharam seus quitutes a cada novo encontro.

A natureza que nos inspirou e que nos permitiu recarregar a energia, nas inúmeras vezes que o esgotamento bateu à porta.

As nossas amiguinhas e amiguinhos de quatro patas que sempre tentaram nos avisar que o dia tinha chegado ao fim, mesmo que, muitas vezes, não tivéssemos a escolha de parar.

Nosso agradecimento amoroso a todas as pessoas que fizeram o esforço de assistir à apresentação do TCC, porque para as duas militantes que construíram este trabalho, as coisas só fazem sentido quando a produção do conhecimento pode ser compartilhada coletivamente.

A todas as pessoas amigas que tiveram paciência conosco no período de elaboração e inquietações advindas deste processo de construção.

Aos colegas de curso e professores(as) do IF Viamão que comungam da necessidade de avaliação deste curso piloto de Especialização, para que ele responda, de fato, às necessidades que a agroecologia aponta para além do saber acabado e do produtivismo acadêmico.

RESUMO

O estudo apresenta a análise de trabalho de campo realizado no âmbito do Plano de Ação Territorial do Beco do Pesqueiro, que tem origem no Curso de Especialização em Agroecologia do IFRS - Campus Viamão. Situa-se na linha de pesquisa da agroecologia política e se articula a partir de uma proposta de pesquisa e extensão. Foi realizado com base no método da Pesquisa-ação e desenvolveu-se em duas fases, sendo a primeira voltada para a criação de grupo de trabalho – GT do PAT, envolvendo as pesquisadoras e moradores(as) do território pesquisado. Por meio da aplicação de metodologias participativas o GT do PAT definiu o problema de pesquisa, sendo ele, a “dificuldade de agregar grupos comunitários em torno de pautas comuns”. Na segunda fase, foram desenvolvidas ações voltadas ao fortalecimento de laços comunitários e realizadas entrevistas junto a moradores(as) a fim de identificar vínculos de pertencimento, posicionamentos frente a ameaças aos modos de vida presentes ao território e potenciais, ou atuais, aproximações à agroecologia. O território do Beco do Pesqueiro, situado na Macrozona Rural de Itapuã, município de Viamão, vem sendo foco de projetos econômicos de alto impacto socioambiental que o inserem na longa trajetória de hegemonia do modo de exploração predatória e espoliação a que são submetidos os povos latino-americanos, no longo processo de colonização. Este modo de desenvolvimento, que tem sido descrito por autores como Eduardo Galeano e Malcom Ferdinand como tempestades, se abate sobre as comunidades, numa relação de mútua sustentação entre os poderes políticos e econômicos. Ao longo de seu percurso, tal dinâmica se chocou com as múltiplas formas de organização dos diversos povos aqui presentes e suas formas de resistência. Assim, o presente trabalho se propõe a contribuir para o processo produção e afirmação de racionalidades contra-hegemônicas de setores populares, como é o caso da comunidade pesquisada.

Palavras-chave: conflitos socioambientais; mobilização comunitária; agroecologia política; território.

SUMÁRIO

1 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: NOVAS ALQUIMIAS COLONIAIS	5
1.1 As veias – continuamente e reiteradamente – abertas de nossos territórios	6
1.2 Tempos de tempestades: uma contextualização	8
2 AS TEMPESTADES E O BECO DO PESQUEIRO: ELEMENTOS DE HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO BECO DO PESQUEIRO	11
2.1 Os caminhos abertos para e pela mineração	11
2.2 Os ventos que sopram...	14
2.3 ... Às vezes carregam a tempestade	16
2.4 Um certo ecologismo	17
3 UMA PROPOSTA DE TEMPO (EM) COMUNIDADE: REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	18
3.1 Percurso Teórico-Metodológico	20
3.1.1 Intervenção - Primeira etapa	20
3.1.2 Intervenção - Segunda etapa	21
3.1.3 Intervenção - Terceira etapa	25
3.2 Desafios da pesquisa	26
3.2.1 Uma descoberta: a escassez de referencial	26
3.2.2 O encontro de novas referências: a Coleta de dados nas entrevistas	28
4 UM TERRITÓRIO, MUITOS CICLOS	31
4.1 Beco do Pesqueiro, um novo ciclo	32
4.2 Conflitos socioambientais: dilemas desses tempos de Beco do Pesqueiro	34
4.3 Entre silêncio e ação: posicionamentos frente a ameaças socioambientais	42
4.4 Agroecologia: sentidos políticos de práticas e saberes	47
5 OS MARICÁS FLORESCEM EM MEIO A TEMPESTADES	50
5.1 Desafios: superar impasses e tecer novas tramas	55
5.2 Beco do Pesqueiro: construindo saídas na convivência comunitária	56
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE A. FICHA DE DEFINIÇÕES	64
APÊNDICE B. ROTEIRO DE ENTREVISTAS	65

1 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: NOVAS ALQUIMIAS COLONIAIS

As primeiras décadas do presente século viram os debates em torno de temas ambientais assumirem dimensão crítica e tornarem-se cotidianos. Isso ocorre no contexto de sobreposição de crises do sistema capitalista, sendo a crise ecológica aquela que se apresenta de forma mais aguda. Na gênese desta crise, encontra-se uma racionalidade assentada sobre a espoliação do conjunto da vida. Disseminada sobre o globo, esta lógica avança sobre os territórios, gerando inúmeros conflitos socioambientais. Com isto, cada vez mais explicitamente as temáticas ambientais passam a ser incorporadas às múltiplas formas de luta dos setores populares.

O presente trabalho se inscreve entre os esforços de compreender como, em um território particular, os conflitos socioambientais decorrentes daquela racionalidade se fizeram presentes em sua formação; como se manifestam na atualidade; de que formas aquelas e aqueles que vivem no território os percebem; e, em especial, quais caminhos podem se abrir para a mobilização social em proteção a seus modos próprios de sociabilidade e que diálogos existem ou podem se estabelecer com a agroecologia.

Falamos em conflitos socioambientais por entendermos que, no momento atual, esta é a formulação que melhor explicita a contradição que nossas sociedades assumem frente às condições de reprodução da vida.

Neste sentido, nos apoiamos no conceito proposto por Paul E. Little (2001), segundo o qual

Podemos definir os conflitos socioambientais como disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos.¹

Visto que as experiências particulares se inserem e se constituem em interação dialética com as tendências socioculturais e político-econômicas mais amplas, importa

¹ LITTLE, Paul Eagleson. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, Marcel (org.). A difícil sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. Disponível em: <<https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12789/Livro-ADificilSustentabilidade-MarcelBursztyn.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2024. p. 88.

tomar em consideração alguns elementos de gênese de nossa sociedade e como seus traços mais marcantes se atualizam em contextos particulares.

1.1 As veias – continuamente e reiteradamente – abertas de nossos territórios

*Anda, quero te dizer nenhum segredo
Falo desse chão da nossa casa²*

Entre as crises que se sobrepõem e se alimentam mutuamente, e que têm levado a que se fale em riscos de colapso, destacamos como um de seus elementos a crise de longo prazo que o modo de produção capitalista vive e produz desde ao menos meio século. Esta crise que se prolonga e se diversifica, tem na década de 1970 um marco importante quando, diante da necessidade de manter as taxas de lucro e os mecanismos de acumulação de capital, as dinâmicas de exploração do trabalho e da natureza são intensificadas, de forma continuamente aceleradas. Tais dinâmicas inauguraram mudanças nos padrões de produção, distribuição e estímulo ao consumo, ancoradas, fundamentalmente, na extração e beneficiamento de petróleo, recentemente fixado como principal fonte de energia.

A trajetória que se constituiu no período em questão, deu novo impulso à divisão internacional do trabalho, impondo aos países em desenvolvimento³ um novo capítulo em um longo processo de espoliação. As alterações na economia mundial que ali se desenharam conformaram a implantação do que veio a ser conhecido como neoliberalismo, que por sua vez, teve como desdobramento e, ao mesmo tempo impulso, a globalização da economia.

Considerando as finalidades deste trabalho, importa ressaltar os elementos de abertura de mercados nacionais, a desregulação e financeirização das economias e a redução da presença do Estado na promoção de direitos sociais.

² O Sal da Terra; Beto Guedes.

³ No arcabouço teórico construído por autores que buscaram pensar a América Latina a partir de categorias próprias ao seu devir histórico, como Rui Mauro Marini, a relação desigual entre países centrais e periféricos ao sistema, é caracterizada como de dependência econômica. Na medida em que os modelos de desenvolvimento aplicados aos países de economia dependente são pensados, estruturados e implementados tendo por orientação os ganhos dos países centrais, cria-se uma relação de exploração e subordinação na divisão internacional do trabalho que se organiza no sentido de perpetuar tal dinâmica. Conforme MARINI, Ruy Mauro. A dialética da dependência. Traduzido por CARCANHOLO, Marcelo, Universidade Federal de Uberlândia – MG; post-scriptum traduzido por MARTINS, Carlos Eduardo, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em 04 abr. 2025.

Na América Latina, as experiências de implantação do neoliberalismo tiveram início ainda na década de 1970, se expandiram ao longo dos anos 1980 e se consolidaram como modelo hegemônico na região nos anos 1990. Em um continente de democracias frágeis, recém saído de um longo período de regimes ditatoriais, este percurso teve, entre outros, desdobramentos na redução da força das indústrias nacionais e de suas cadeias produtivas e o estímulo à reprimarização econômica como mecanismos de equilíbrio das balanças comerciais.

A interrupção do ciclo anterior, comumente caracterizado como desenvolvimentista, veio acompanhada de ondas de privatizações, que atingiram setores fundamentais, em especial de produção de energia e de processamento de produtos da mineração. A pressão gerada pela Balança de Pagamentos leva a que os Governos promovam programas de apoio à grande propriedade fundiária, voltada para a produção de grãos e gado de corte com vistas à exportação. Em casos como o brasileiro, em que a estrutura fundiária não foi alterada desde os primórdios da colonização, isto gerou um novo ciclo de expulsão de pequenos agricultores do campo, assim como à pressão sobre os meios urbanos. Mais importante, estabeleceu a mercantilização como parâmetro para valoração da ocupação e uso dos territórios.

Ao chegar aos anos 2000, o Brasil havia caminhado para consolidar sua posição como importante fornecedor de matérias primas e produtos agrícolas aos países centrais. Estimulados por um cenário internacional favorável para *commodities* e, internamente, por uma ordenação jurídica benéfica à lógica exportadora, os setores da agropecuária e da mineração tiveram novo ciclo expansionista. Facilitados por políticas públicas de acesso à crédito e de liberação de outorgas para mineração, houve uma verdadeira explosão deste tipo de exploração econômica.

Neste contexto de grande dependência da pauta exportadora, ocorreu o segundo momento de crise econômica de grande alcance do capitalismo, em seu período recente. Em 2008, o setor imobiliário estadunidense sofreu forte desvalorização, como resultado do aprofundamento da lógica especulativa assumida pelos mercados. A onda que se seguiu impactou a economia mundial, naquele momento já globalizada. As consequências, porém, foram vividas de formas distintas pelos países e mesmo continentes, sendo mais graves naqueles cujas economias eram mais dependentes.

No Brasil, embora tenha sido possível retardar os impactos, eles se fizeram sentir em múltiplas dimensões e as respostas reafirmaram uma história cujos sons

vêm de longe. Por um lado, a fim de manterem suas taxas de lucro, os grupos econômicos dominantes buscaram tanto assumir explicitamente a condução da política, quanto estender as fronteiras das diversas apropriações e usos da natureza. Por outro, gerou-se instabilidade social, pondo em cena formas de resistência novas e tradicionais. O ritmo da destruição ambiental desencadeado nos anos seguintes atingiu o conjunto dos biomas existentes no país e levou a que grande parte das disputas por justiça distributiva, passassem a incorporar a dimensão socioambiental.

1.2 Tempos de tempestades: uma contextualização

*Banquete para as aves de rapina
Que deixaram a miséria e levaram sua matéria prima⁴*

O presente trabalho foi realizado em um contexto de agudização dos efeitos das mudanças climáticas, o que inclui as inundações que devastaram o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 - uma catástrofe ambiental que atingiu, em níveis distintos de gravidade, mais de 90% das cidades gaúchas e deixou mais de 600 mil pessoas desabrigadas. Este evento extremo traz uma dolorosa concretude para metáforas reiteradamente utilizadas por autores que abordaram o modo predatório que orientou o processo de colonização da região da América Latina. Eduardo Galeano (1987) abre seu célebre ensaio *As Veias Abertas da América Latina* com a referência a “[...] milhões de crianças no centro da tormenta⁵”. Recentemente, o autor martinicano Malcom Ferdinand (2022) em seu livro *Uma Ecologia Decolonial*, refere-se ao período compreendido pela modernidade europeia como uma *tempestade*.

Galeano, desde o Uruguai, no Sul de nossa América do Sul, e Ferdinand, a partir do mundo caribenho, nos forçam a manter presente que a tempestade, a tormenta ou os temporais que nos encontramos, se originaram séculos atrás e são resultantes de um tipo de organização econômica, social, política e cultural, que busca subordinar o conjunto da vida a interesses privados, a serviço da acumulação de riqueza. A cada novo ciclo econômico, por aqui se reafirmou a “economia de

⁴ América Latina, música de Fábio Brazza.

⁵ GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Galeno de Freitas. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 13.

rapina”⁶; na mineração, o assassinato das terras⁷ pelos monocultivos e grandes rebanhos de criação; na agropecuária e inúmeros e contínuos altericídios⁸ desde os povos indígenas, passando pelos quilombolas, até os mais diversos modos de vida mais harmoniosos em sua relação com a natureza.

Nenhum dos territórios que vieram a compor a América Latina escapou aos métodos utilizados no processo colonial: destinação de terras a representantes das coroas, ou às grandes companhias; busca prioritária por minérios considerados nobres; monocultivo de espécies exóticas, com esgotamento do solo em extensas regiões; extrativismo vegetal e mineral; e, marca do novo modelo societário inaugurado, escravização de grupos humanos, superexploração do trabalho e destruição de povos, com seus modos de vida. Para além de uma retomada do processo que gerou a formação social que encontramos hoje no Brasil, este resgate nos permite compreender certas recorrências, que se expressam na atualidade.

Na segunda metade do século XX, um novo capítulo da colonização pela via tecnológica foi desencadeada com a chamada Revolução Verde⁹. Este modelo de produção agrícola teve consequências em inúmeros campos: alteração demográfica, com rápida inversão da relação campo x cidade, o que promoveu intenso êxodo rural e urbanização desordenada; reconcentração de terras, dadas as necessidades de grandes áreas para os monocultivos, com avanço sobre reservas naturais e territórios indígenas; rápida introdução dos pacotes agrícolas, associando intensa adubação com altas doses de agrotóxicos; dependência tecnológica e ruptura com práticas tradicionais.

⁶ ALIER, Joan Martínez. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007. p. 101.

⁷ GALEANO, Eduardo. *op. cit.*, p. 73.

⁸ FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução de Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.53.

⁹ A chamada Revolução Verde envolveu uma série de mudanças na agricultura, iniciadas entre os anos 1950 e 1960, e consolidada a partir dos 1970. Estas alterações implicavam na introdução de novas técnicas e tecnologias, em geral, dependentes de investimentos em maquinários e uso intensivo de adubação química e aplicação de agrotóxicos. Entre seus resultados, gerou concentração fundiária, com sobre-exploração do trabalho e empobrecimento no campo, levando a êxodo rural e favelização das cidades; deterioração dos solos e águas, em razão do monocultivo em áreas extensas; aumento de patógenos de plantas e intoxicação de humanos e animais, em virtude do alto volume de pesticidas. Elementos da crítica ambientalista à Revolução Verde podem ser encontrados em MOREIRA, José Roberto. **Cultura, Política e o Rural na Contemporaneidade**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XI, 2003, UNICAMP, Campinas, SP; GT 5. Do Monopólio da Modernização à Diversidade do Progresso Social: As formas sociais de produção na agricultura brasileira. Disponível em: <https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1222&Itemid=170> . Acesso em: 12 mai. 2025.

Cada novo avanço sobre a área que veio a compor o Brasil foi feito em associação entre os poderes políticos e econômicos internos e externos. Toda nova “veia aberta” pela alquimia colonial e neocolonial, segundo Eduardo Galeano (1987), gerou sempre a nossa pobreza, para alimentar a prosperidade dos outros: o império e seus agentes nativos¹⁰. A imposição da supremacia de um modo de organização das formas de ser que Malcom Ferdinand (2022) vai chamar de “engenharia ecológica das paisagens da terra” e que traduz como “um imperialismo socioeconômico e político que subjuga humanos e não humanos”. Trata-se, ainda segundo Malcom, de “um imperialismo ontológico, ou seja, a imposição de uma concepção singular do que seja a Terra e seus existentes”¹¹. A história da colonização e do Estado Moderno, em nossas terras foi realizada à revelia e em contraposição às múltiplas cosmovisões, estruturas societárias e modos de ser que aqui existiam, para cá foram trazidas pela força, ou aqui se desenvolveram em interações fundadas no respeito, reciprocidade e contínuo aprendizado com a terra e os demais seres.

As muitas formas de existência que aqui habitavam ou que aqui se formaram, resistiram à alquimia colonial. Povos indígenas superaram distâncias culturais, para se unirem frente à tempestade que se abatia e ainda segue varrendo seus territórios originários. Pessoas escravizadas romperam ciclos de aprisionamento e destruição de si e da natureza para criarem algumas das mais ricas experiências de organização política, social e cultural, como são os casos do Quilombo de Palmares, em pleno auge do empreendimento canavieiro, e de São Bartolomeu, em Vila Rica, no ciclo do ouro mineiro. As experiências de Canudos, as lutas por Reforma Agrária, a resistência dos povos das florestas e ribeirinhos, assim como as inúmeras formas de movimentos urbanos por acesso ao usufruto de relações não degradantes com a terra, exemplificam e são reafirmadas como outras ecologias.

Atualmente, em todo território nacional, há conflitos em torno do acesso à água, à terra, à cidade e ao direito de produzir alimentação saudável. Há também tensões resultantes da atividade mineradora e em razão da destinação de resíduos sólidos. A região do Beco do Pesqueiro insere-se neste cenário, sendo marcada, em sua história e atualmente, por diversos desses fatores geradores de conflitos. Nesse

¹⁰ GALEANO, Eduardo. *op. cit.*, p. 14.

¹¹ Malcom Ferdinand (1987) utiliza-se do conceito de imperialismo ecológico, para afirmar que as fraturas promovidas pelo colonialismo europeu frente aos muitos modos tradicionais de vida anteriormente existentes termina por configurar um colonialismo ontológico, na medida em que cria e reproduz mecanismos de uniformização e subordinação de qualquer forma diversa de relação entre seres humanos e entre estes e os demais entes. FERDINAND, Malcom. *op. cit.* p. 58-59.

espaço, diferentes formas de relação entre seres humanos e natureza se encontram, coexistem e, por vezes, colidem.

2 AS TEMPESTADES E O BECO DO PESQUEIRO: ELEMENTOS DE HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO BECO DO PESQUEIRO

Beco do Pesqueiro, lugar bucólico com chegadas e partidas, um lugar de passagem de ciclos econômicos, culturais e socioambientais na história de Viamão¹²

Há pouca documentação oficial disponível acerca do processo de ocupação e formação social da região em que está situado o Beco do Pesqueiro. Ao que tudo indica, esta pode ser tida como uma área de ocupação humana antiga, por se tratar de território Mbya Guarani. Corroboram com esta tese o fato de que, atualmente, há nas proximidades três reservas desses povos originários. Sua colonização, porém, parece ter sido recente, com relatos da existência de fazendas de criação de gado desde finais do século XIX. Anteriormente a isto, faz-se referência a passagem de tropeiros.

Dado o pouco acesso a história escrita e a documentos que informem sobre o território, o conhecimento que temos é principalmente aquele relatado por suas gentes. Assim, o presente trabalho tomou em consideração a memória oral de moradores(as) do território, obtidos por meio de depoimentos fornecidos durante entrevistas realizadas na comunidade. Pela fala das pessoas entrevistadas, se observa que sua memória sobre o Beco se mistura com as histórias de vida.

Mesmo sobre o nome Beco do Pesqueiro há muitas interpretações. Há quem diga que havia uma família de japoneses que plantava pêssegos e que, no processo de aporuguesamento, pessegueiro virou pesqueiro. Outros(as) atribuem o nome a um arroio de nome Pesqueiro, existente na região. Ainda há quem diga que se trata de uma referência ao pássaro Martim Pescador que povoou o local.

Se perde no tempo e na memória das pessoas que vivem há mais tempo no Beco do Pesqueiro, também conhecidas como nativas, o início do povoamento neste território, mas é muito presente para elas o período considerado de ouro para as famílias mais antigas. Embora a atividade econômica mais duradoura nesta região seja a agropecuária extensiva, o modelo de colonização que ficou mais profundamente marcado na lembrança dos habitantes do território é o ligado à mineração.

¹² Epígrafe de autoria de Iliete Citadin, uma das autoras deste trabalho.

2.1 Os caminhos abertos para e pela mineração

*Dinheiro sem critério, levam nosso minério
A nossa pobreza traz riqueza para seu império
Problema sério, o nosso solo é fértil
Mas nossa economia é estéril¹³*

A década de 1950 é apontada pelos nativos do Beco do Pesqueiro como o início da exploração comercial de pedras graníticas, tendo a atividade econômica das pedreiras atingido seu auge ao longo da década de 1970. A partir de entrevistas realizadas com pessoas de 20 famílias (em um universo de pouco mais de 50 unidades residenciais existentes no Beco), pareceu-nos que a mineração e as mudanças socioeconômicas por ela geradas têm o peso simbólico de um marco fundador. Isto porque, perguntadas sobre a história do território, praticamente todas as entrevistadas fazem referência à mineração de pedras. Considerando-se os ciclos de mudanças demográficas e com elas as alterações socioculturais resultantes da presença daquela atividade econômica, é compreensível tal permanência na memória coletiva.

O inchaço populacional costuma acompanhar a instalação da atividade mineradora. Os atuais moradores do Beco citam que, para o funcionamento da indústria da pedra, os trabalhadores vieram de muitas origens. Destacam que a maioria se originou de Santa Catarina, mas também fazem referência às cidades gaúchas de Santa Cruz do Sul, Encruzilhada do Sul, Cerro Grande e Bom Jesus. Segundo entrevistados, havia uma forte presença de pessoas negras e, inclusive, um indígena, entre aqueles que trabalhavam no ofício do corte de pedras.

As pedras extraídas desta localidade calçaram ruas de várias cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), assim como da própria capital gaúcha. A empresa mineradora mais comumente citada pelos antigos moradores é a dos Irmãos Garcia, de Porto Alegre. Estes teriam sido os “barões das pedreiras”, proprietários também de uma transportadora que abastecia vários mercados, inclusive de fora do Rio Grande do Sul. Fala-se em quatro a cinco carretas que faziam dezenas de viagens por semana. As pedras de granito extraídas da região destinavam-se, ainda, a fundações de residências e prédios.

¹³ América Latina; canção de Fabio Brazza.

O período entre as décadas de 1950 e 1980 foi também o período de maior êxodo rural no Brasil, sendo que no Rio Grande do Sul foi caracterizado, principalmente, por migração interna, do campo para as cidades. Sob o impulso da industrialização promovida durante o Estado Novo, aos poucos começaram a ocorrer os processos de mecanização do campo, o que contribuiu para a concentração da terra e a expulsão de camponeses. Este movimento se intensificou nas décadas de 1960 e 1970, com as novas políticas agrícolas, fortemente ancoradas no Pacote Tecnológico da Revolução Verde¹⁴. Tal processo tem como sua contraparte o crescimento acelerado – e desordenado – das cidades, o que aumentou a demanda por matérias-primas necessárias à urbanização.

A região em que se encontra o Beco do Pesqueiro tornou-se fornecedora de matérias-primas da mineração para suprir parte daquela demanda. O comércio das pedras gerou um importante fluxo econômico, atraindo trabalhadores que se instalaram na região com suas famílias. O trabalho com extração e moldagem de pedras, naquela época, era praticamente artesanal, envolvendo extremo esforço e muitos riscos, tendo havido, inclusive, casos de mutilação por acidentes com explosivos. No período do auge do crescimento econômico o aumento populacional foi significativo. Os relatos falam em mais de 100 famílias morando no Beco naquela época. Atualmente, após novos ciclos migratórios, estima-se que a população atinja pouco mais da metade daquele contingente.

O início da década de 1980 trouxe o declínio da atividade de extração de pedras na região. Moradores(as) que viviam no beco nessa época, falam com espanto sobre a rapidez com que o processo se encerrou e, ainda mais, do esvaziamento ocorrido na região. Em menos de um ano, 90% das famílias ligadas à mineração migraram novamente em busca de trabalho em outros locais.

Entre as principais razões para a interrupção da mineração na região, encontram-se a mudança da legislação ambiental, sob forte pressão do movimento ambientalista e a desvalorização deste minério no mercado internacional. Esta última diz respeito a substituição por materiais mais baratos e com grande margem de lucro. O asfalto, poluente resíduo do petróleo, surge como material predominante no mercado da infraestrutura viária, isso num país que aderiu à lógica do automóvel. Cabe ainda

¹⁴ MARTINS, Adalberto Floriano Greco. A questão agrária no Brasil; da colônia ao Governo Bolsonaro. Arquivo em PDF – Disciplina Territórios e Conflitos Fundiários no Brasil - Curso de Especialização em Agroecologia/IFRS-Viamão. Viamão, 2023.

lembrar que o Brasil vivia sob um regime ditatorial, em que a população tinha pouca ou nenhuma incidência sobre as decisões dos rumos do seu desenvolvimento. Portanto, esta adoção do novo material teve trânsito tranquilo. A mudança de matriz energética foi consolidada, espelhada no modelo estadunidense.

2.2 Os ventos que sopram...

O período mais forte da mineração no Beco é lembrado nos relatos das pessoas como um apogeu da região, entre outras razões, porque as famílias obtinham ganhos considerados elevados para os padrões da época. Graças à pujança das jazidas, chegou a ser instalada uma fábrica de explosivos na região, visto este ser um item necessário ao processo produtivo, afirmando-se que esta fábrica pertencia ao exército. Percebe-se certo orgulho de moradores remanescentes daquela época, ao afirmarem que ao chegarem no Centro de Viamão os comerciantes comentavam que “chegou a gente do dinheiro”. Aqui vale ressaltar que quem conta a história do Beco pouco se refere ao trabalho das mulheres no período de exploração das pedreiras. Elas aparecem como cuidadoras dos mais velhos e da própria família ou fazendo a limpeza do mato das áreas de onde seria extraído o minério.

A dinâmica envolvida na abertura de novas áreas de mineração - que promove a atração e fixação no novo local de pessoas de origens distintas que, sem vínculo anterior, acabam por se ver habitando um local que lhes é estranho - tende a compelir os agrupamentos que se formam a organizarem-se em comunidades. Para a coletividade que se formava no Beco do Pesqueiro, isto se firmou principalmente em torno de três instituições: a escola, a igreja e o clube de futebol.

Assim nasceu o Clube Baluarte, clube de futebol que promovia campeonatos e reunia pessoas de bairros de Viamão e cidades do entorno. Ali eram realizados bailes e festas como a da escolha da rainha. Os(as) moradores(as) contam que a primeira televisão da comunidade foi adquirida pelo clube, que reunia as famílias para assistirem juntas a novelas.

Foto1. Clube Baluarte durante Festa Junina.



Fonte: acervo pessoal de Iliete Citadin (2024)

A religiosidade, durante muito tempo, centrada na orientação católica, é muito presente na história do Beco, sendo muito cedo construída uma gruta consagrada à Santa Luzia - considerada a protetora dos olhos - junto a uma cascata, em uma propriedade na qual havia exploração de pedras. Também aí se vê a influência da principal atividade econômica, já que eram comuns os acidentes com lascas de pedras, que feriam os olhos dos trabalhadores. Fala-se que neste período foram realizadas novenas e rezado o terço nas casas de moradores.

Foto2. Grutinha em homenagem à Santa Luzia, atualmente em sítio particular.



Fonte: acervo pessoal de Iliete Citadin (2020)

Após algum tempo, porém, houve mobilização em torno da construção de um templo que abrigasse o conjunto das manifestações religiosas. Vem desta época a construção da Igrejinha de Pedra, em inícios da década de 1960. Seu estilo lembra as igrejinhas do início do século XX, inspirada em modelos da serra gaúcha. Para sediá-la foi feita doação de terreno por parte de um particular e doadas horas de jornada dos trabalhadores. Também no caso da igreja, a padroeira acabou por ser Santa Luzia.

Foto 3. Igrejinha de Pedra do Beco do Pesqueiro



Fonte: acervo pessoal de Zadelene Zaro/Zadi (2023)

Com a construção da igrejinha de pedra, veio também o esforço para que a comunidade garantisse a educação formal das crianças. Conta-se que foi construída uma escola pela comunidade, no mesmo pátio da igrejinha, onde o capelão e lideranças

locais tomaram à frente do ensino, notadamente com a ausência de participação do Estado. A ausência do papel do Estado é uma cultura que se perpetuou nas relações de vizinhança até os dias de hoje. Os relatos de moradores da época informam que as mulheres eram desestimuladas a frequentarem os bancos escolares.

2.3 ... Às vezes carregam a tempestade

Toda a rica vida cultural gerada na região em torno do crescimento populacional promovido pela produção mineral, não foi suficiente para impedir sua estagnação quando se deu a interrupção dessa atividade econômica. Mesmo as empresas que faziam parte da cadeia de suprimentos, como o caso da logística de transportes, acabaram quebrando. Foi o caso dos Irmãos Garcia, cujos bens acabaram por serem penhorados pela Caixa Econômica Federal. Aqui se percebe a chamada “minério-dependência”¹⁵, visto que - sejam por razões de ordem econômica e socioambientais -, as decisões que definiram os destinos da comunidade, não foram tomadas ou sugeridas por ela.

Em que pese, segundo os relatos obtidos, no caso do Beco do Pesqueiro a mineração não estivesse a cargo de empresas de grande porte ou sob o poder de capital externo, a lógica dos ciclos de desenvolvimento brasileiros, de perfil extrativista e submetido às alterações da dinâmica econômica internacional, impregnou a exploração e posterior abandono do local. É comum que a empresa mineradora, ao se instalar, faça girar a economia local em torno de sua cadeia produtiva. Tendo em vista a rapidez com que fluem os ganhos econômicos, a tendência é de que os salários sejam atrativos, desestimulando investimentos em outras atividades. Assim, conforme Charles Trocate e Tádzio Coelho (2020) “a dependência não é algo dado por uma suposta vocação natural das regiões que apresentam jazidas minerais, mas é criada, reproduzida e aprofundada ao longo da atividade mineradora”¹⁶. Como parte da lógica neocolonial, o ciclo da mineração varreu o Beco com sua “economia de rapina”, criada pela *tempestade moderna*.

Após a derrocada do período alto da exploração do minério muitas pessoas acabaram por vender suas terras e tornarem-se caseiros de novos e antigos sítios. Se

¹⁵ TROCATE, Charles; COELHO, Tádzio. **Quando vier o silêncio**: O problema mineral brasileiro. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Expressão Popular, 2020. 146 p. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2020/12/quando_vier_silencio.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2025. p 87.

¹⁶ Idem, p. 89.

percebe que as terras não ficaram nas mãos dos nativos, excetuando-se um caso ou outro. Estes poucos casos são referentes a pagamentos, indenizações e mesmo doações em consideração a anos de serviços prestados às famílias proprietárias. Identifica-se ali uma primeira fase de maior fracionamento da terra, visto que, originalmente acredita-se que a região que veio a compor o Beco pertenceu a duas famílias criadoras de gado. Na época da mineração, parte dessas terras teria sido adquirida ou arrendada pelas empresas. Quando do encerramento da mineração, a terra também não ficou com quem veio de fora para vender sua força de trabalho, ficou com as empresas detentoras dos meios de produção de extração deste material. No período mais recente, este fracionamento veio a se aprofundar, gerando conflitos socioambientais de nova ordem.

2.4 Um certo ecologismo

Na década de 1980, as diversas organizações de cunho ambientalista atuantes no Brasil avançaram em sua expressão pública e se consolidaram como movimento social. Ainda era um período em que a luta pela proteção e preservação da natureza não tinha alcançado o apelo que tem hoje. Mesmo no caso da mineração de pedra na região do Beco do Pesqueiro, é citado pelas pessoas que, embora tenham sido impostas inúmeras restrições legais, a extração persistiu de forma irregular por muito tempo.

O tipo de atuação pela qual se caracterizava o ambientalismo da época se aproxima do que alguns autores denominam como “culto ao silvestre”¹⁷, cujo foco estava lançado sobre a preservação da natureza em seus estados originais. O caso da luta pela implantação do Parque de Itapuã e pela restrição ou interrupção da extração de pedras na região do entorno se aproxima bastante deste perfil. Em que pese seja inegável a importância destas iniciativas, elas deixaram de tomar em consideração a existência de ocupação humana na região e suas necessidades. No mesmo sentido, não chegaram a obter sucesso em tratar dos impactos já existentes na região, deixando à população local o enfrentamento das consequências de tais impactos.

Este foi o caso relatado por pessoas do Beco do Pesqueiro remanescentes da época das pedreiras. Após a saída das empresas da região, inúmeras cavas foram deixadas abertas, sem que nenhum tratamento fosse dado a elas. Alguns anos depois,

¹⁷ ALIER, Joan Martínez. *op. cit.* p. 22.

houve tentativa por parte do Poder Público Municipal de transformar estas cavas em lixões. Há relatos de que chegou a ser realizado depósito de resíduos da indústria petrolífera em uma pequena propriedade da região, com contaminação de solo. Isto só não foi adiante porque moradores da comunidade tomaram suas medidas, como empurrar caminhões da empresa para dentro dos açudes existentes nas proximidades. Com receio de perdas maiores, as empresas acabaram por abrir mão do empreendimento e ir embora. Além dos contaminantes já citados, havia a previsão de lixos hospitalares, em áreas à céu aberto. Com receio de contaminação das águas, a reação de moradores e moradoras foi na direção de acabar com esta destinação do lixo para a região. Podemos referir a esta experiência como um caso de “ecologismo dos pobres” que, segundo Joan Martínez Alier (2007) “tratam-se de conflitos estruturais que utilizam a identidade local”¹⁸.

3 UMA PROPOSTA DE TEMPO (EM) COMUNIDADE: REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem origem no Curso de Especialização em Agroecologia promovido pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS /Campus Viamão. Entre os objetivos do Projeto Político do Curso¹⁹ figuram: “reconhecer os saberes populares e tradicionais bem como as potencialidades locais como formadoras de agrossistemas agroecológicos”; “desenvolver a capacidade de análise sistêmicas entre as dimensões locais e globais”; e “Difundir metodologias participativas de trabalho para o fortalecimento organizativo das comunidades no território”. Para atingi-los, busca aplicar à dinâmica do curso a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ainda que tenham estado presentes em outras áreas, estruturalmente foi no âmbito das disciplinas Plano de Ação Territorial - PAT e Tempo Comunidade que os elementos de pesquisa e extensão se articularam em uma proposta de atuação orientada dos(as) estudantes em um dado território, com vistas à elaboração de uma intervenção acadêmica relacionada ao campo da agroecologia.

¹⁸ Idem. p. 171.

¹⁹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul-IFRS. Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Agroecologia. Viamão, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul-IFRS/Campus Viamão, 2022. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/viamao/wp-content/uploads/sites/11/2022/12/ANEXO-1-PPC_Especializacao-Agroecologia.docx.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

Por fim, os trabalhos finais do curso deveriam ser elaborados a partir dos elementos de análise que emergissem do desenvolvimento do PAT.

O Beco do Pesqueiro foi escolhido como área para realização do presente trabalho em virtude de que uma das estudantes - Iliete - reside no local e nele desenvolve parte importante de sua militância socioambiental. Mas, para além deste vínculo imediato, a escolha se justifica plenamente por se tratar, por um lado, de um dos territórios mais preservados da cidade de Viamão e por outro, um dos mais ameaçados pela lógica do crescimento predatório. A partir do segundo semestre do curso ocorreu a adesão da estudante Zadi (Zadelene) ao contexto de intervenção.

A linha de pesquisa do campo da agroecologia em que o trabalho se situa é o da agroecologia política que, na formulação da professora Merli Leal da Silva (2024)

compreendido através da política do cotidiano, da ação coletiva e da institucionalização, tem o potencial de analisar as articulações em rede para transformação da produção agrícola e das relações socioambientais e os diversos processos de participação política e de construção de políticas públicas de agroecologia.²⁰

O método utilizado no desenvolvimento do PAT Beco do Pesqueiro tem como referência a estratégia da Pesquisa-Ação. Tal escolha se justifica pela própria exigência do curso quanto à realização de ação extensionista, organizada em torno de dinâmicas participativas. No caso do Beco do Pesqueiro, tal ação se estruturou em torno de processos previamente existentes no território e, como será apresentado na sequência, esteve voltada para responder a questões da própria coletividade.

Segundo Michel Thiollent (1996), a Pesquisa-Ação pode ser vista como modo de conceber e de organizar uma pesquisa social de finalidade prática que esteja de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores da situação observada²¹, sendo assim adequada ao trabalho em desenvolvimento.

Por outro lado, as pesquisas participantes propõem que o lugar do pesquisador seja consciente, enquanto fator que interfere no processo de produção de conhecimento e, no caso da Pesquisa-Ação, seu papel ganha ainda outros contornos. Michel Thiollent (1996) nos diz também que “Na Pesquisa-Ação os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados no

²⁰ SILVA, Merli Leal. Compilado de termos da agroecologia política. Arquivo em PDF – Disciplina de Políticas Públicas e Legislação em Agroecologia – Curso de Especialização em Agroecologia/IFRS-Viamão. Viamão, 2024.

²¹ THIOLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.p. 26.

acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas”²².

Assim, a escolha da Pesquisa-Ação como método apresenta-se como aspecto adequado na medida em que ambas as estudantes fazem do engajamento político e social, elemento fundante e transversal de seu processo de aprendizagem. Propicia, também, a que, a cada etapa, as pesquisadoras se interroguem sobre sua forma de implicação no processo.

Ainda acerca de orientações teórico-metodológicas, buscou-se manter presente a perspectiva freireana de extensão, no sentido de que a relação de extensão é educativa-comunicativa e problematizadora, em que “o diálogo problematizador”²³ contribui para diminuir a distância entre a compreensão das pesquisadoras e dos sujeitos do território.

3.1 Percurso Teórico-Metodológico

O trabalho foi realizado buscando articular os objetivos mais propriamente ligados à produção de conhecimento aos objetivos práticos que emergiram do processo coletivo. Para a consecução desses objetivos, foram cumpridas etapas. Cabe ressaltar que não tratou-se de um processo estanque ou burocratizado, mas sim que os objetivos práticos e teóricos se alimentaram e se desafiaram mutuamente. Ainda assim, pode-se distinguir ao menos duas etapas relacionadas aos objetivos de pesquisa propriamente e três de intervenção prática, conforme explicitamos a seguir.

3.1.1 Intervenção - Primeira etapa

O Beco do Pesqueiro, tal como inúmeras outras comunidades, sofreu um refluxo em seu processo organizativo em razão do longo período de afastamento social imposto pela pandemia da SARS-COVID 19. No mesmo período, o Brasil viveu um episódio de intensa polarização política, gerando diferentes intensidades de fragmentação social.

Em uma região de perfil rural, em que as residências em geral são distantes entre si, os grupos de Whatsapp têm sido utilizados como uma forma de comunicação

²² Idem, p. 15.

²³ FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação?. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 67.

contínua. Assim, para a constituição do Grupo de Trabalho do PAT (GT do PAT), foram enviadas mensagens aos grupos de Whatsapp existentes na comunidade informando de que se tratava a proposta, sua relação com o curso desenvolvido pelo IFRS-Viamão e convidando seus/suas participantes para um primeiro encontro de discussão.

Outra característica que esta comunidade compartilha com muitas outras é a perda dos espaços de convivência, principalmente a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000. Com isto, a alternativa encontrada, costuma ser a de rodízio de atividades nas casas de moradores. Esta prática pode tanto estreitar laços de convivência quanto constranger a participação - considerando as relações preexistentes na comunidade, tais como conflitos/divergências entre vizinhos - e aprofundar distâncias.

Neste primeiro momento, a adesão se deu basicamente por parte de pessoas que já tinham um histórico de atuação conjunta na comunidade. Tratou-se de um encontro livre, com estímulo à tempestade de ideias (Brainstorming) a partir da problematização inicial “Quais os principais problemas que você identifica hoje no Beco do Pesqueiro?” As pesquisadoras/estudantes realizaram um levantamento dos temas sensíveis, destacando-se as questões relacionadas ao pouco ou nenhum acesso a políticas públicas, sejam de áreas sociais, sejam infraestruturais. Além de fornecer breve leitura acerca dos problemas percebidos, estimulou-se que os indivíduos retomassem o exercício de olhar conjuntamente para o território e a partir daí foi possível cumprir com a criação do grupo de trabalho.

As pessoas que vieram a compor o grupo envolvido na construção do PAT aproximaram-se através de distintos processos de atuação social e ou de luta. Algumas têm relação em virtude da produção e comercialização de alimentos orgânicos, outras conheceram-se no enfrentamento à ameaça de implantação do Lixão e muitas delas engajaram-se na realização da Feira Cultural do Beco do Pesqueiro, na época em que a mesma foi criada. Representa um recorte da população, tendo em torno de 10 pessoas, em sua maioria mulheres, sendo a quase totalidade de pessoas entre os 50 e 80 anos, basicamente de classe média-baixa. Seus componentes residem há um tempo relativamente curto na região, entre 10 e 15 anos. Seus vínculos com o território são principalmente de moradia, havendo uns poucos casos que também desenvolvem atividade econômica no Beco.

3.1.2 Intervenção - Segunda etapa

Com o Grupo de Trabalho (GT) do PAT criado, partiu-se para o exercício de construção do Plano de Ação. Foram selecionadas algumas metodologias participativas a fim de facilitar o processo de trabalho do grupo. Esta atividade foi mediada por duas dinâmicas: Entrevista Comigo Mesma no Futuro e Árvore de Problemas.

A Entrevista Comigo Mesma no Futuro conta com duas fases. Na primeira delas, solicita-se que as pessoas participantes fechem os olhos e façam o exercício de se projetarem 10 anos no futuro. Este momento foi importante, pois as pesquisadoras tinham dúvidas quanto ao vínculo e/ou investimento afetivo dos indivíduos com o território dadas as ameaças que o mesmo vem sofrendo. As sete pessoas que participaram desta etapa projetaram seu futuro vivendo no Beco. Nesta projeção ao futuro, algumas fizeram referência a melhorias no acesso às políticas públicas e mais da metade citou questões referentes ao caráter de preservação ambiental do local. Porém chamou a atenção que todas as pessoas projetaram seu futuro no território incluindo ações comunitárias e questões relacionadas ao convívio mencionando “festas e reuniões comunitárias”, “retomada da feira cultural”, “pessoas solidárias envolvidas com projetos coletivos” e “a comunidade está solidariamente organizada”.

Já a segunda fase desta dinâmica prevê um retorno ao momento atual, no qual as pessoas envolvidas são convidadas a identificarem situações que possam dificultar ou mesmo inviabilizar que aquele futuro imaginado se realize. Este foi o gancho para que fosse dado o próximo passo do planejamento: o aprofundamento daquele levantamento Inicial dos problemas identificados no território, realizado durante o *brainstorming*, agora numa perspectiva de engajamento na construção de um futuro brevemente projetado, o que foi realizado utilizando-se a metodologia participativa da Árvore de Problemas.

Fotos 4 e 5. GT do PAT em atividades de Planejamento.



Fonte: acervo pessoal de Iliete Citadin (2023)

Foram muito citados problemas vinculados ao acesso a políticas públicas, porém houve somente uma referência a inação do poder público frente a tais problemas. Por outro lado, inúmeras formulações de problemas diziam respeito às “mudanças no relacionamento entre pequenos grupos da comunidade”, “baixa participação de moradores nas atividades coletivas”, “divisão da comunidade em pequenos grupos”²⁴, entre outras. Outros blocos de problemas disseram respeito aos conflitos socioambientais mais visivelmente presentes na região e o risco que os mesmos representam para um futuro em que o modo de vida típico do Beco do Pesqueiro se mantivesse. As ameaças mais presentes ao imaginário do grupo, desde o *brainstorming*, são a proposta de implantação de um lixão na região, a mineração de areia e a especulação imobiliária.

Este exercício abriu dois caminhos para o processo de trabalho, sendo o primeiro, o desafio colocado ao grupo para aprofundar o exercício do diálogo, a fim de construir critérios de priorização dos problemas a serem enfrentados, cotejando-os com o que almejavam.

Realizada a etapa, obteve-se como problema central um daqueles vinculados às questões de auto-organização. Neste momento, foi feito um rápido exercício de, partindo do problema priorizado, provocar o grupo a identificar se os demais problemas poderiam ser tratados como causas ou consequências do mesmo. Chamou a atenção o fato de que tal exercício permitiu perceber a dificuldade de estabelecer tais relações entre os demais problemas e o problema central. No entanto, o grupo manteve sua proposição e as questões diagnosticadas ficaram encadeadas como a seguir.

²⁴ Para o grupo participante do GT do PAT, a questão da divisão social em razão de divergências políticas e ideológicas apareceu a cada momento do processo de identificação dos problemas enfrentados pela comunidade.

Problema central: Dificuldade de agregar distintos grupos da comunidade em torno de pautas comuns.

Problemas identificados como causas: Projetos de infraestrutura que alteram o perfil preservacionista da região; Interesses individuais e eleitorais se sobrepõe à coletividade; Aprofundamento da dependência econômica dos(as) moradores(as) vulneráveis; Comunidade pressionada economicamente frente à especulação imobiliária; Perda do espaço coletivo comunitário; Diferenças culturais gerando dificuldade de diálogo; Perda de atividades sociais; Comunicação não agregadora; Baixa compreensão coletiva sobre os impactos da especulação imobiliária e de outros grandes projetos.

Problemas identificados como consequências: Desagregação comunitária; Instâncias do Poder Público distantes dos interesses comunitários; Itinerário e horário do transporte coletivo público insuficientes e inadequados; Iluminação pública ineficiente; Dificuldade de incidência sobre os prestadores de serviço de fornecimento de energia elétrica; Ampliação do risco de implantação de Empreendimentos com impactos ambientais severos: lixão, extração de areia, condomínios; Seriação escolar insuficiente para o atendimento de estudantes do Beco; Ruas não conservadas; Dificuldade de acesso aos serviços de saúde; Divisão dos grupos de comunicação comunitária (whatsApp); Mudanças nos relacionamentos entre grupos da comunidade; Baixa compreensão coletiva sobre os impactos da especulação imobiliária e de outros grandes projetos; Redução dos vínculos coletivos.

O encerramento deste primeiro ciclo de intervenção previa a construção de uma Árvore de Objetivos²⁵. Porém uma série de intercorrências tanto de ordem pessoal, envolvendo os participantes, quanto geral com a comunidade sofrendo importantes impactos de eventos climáticos levou a uma mudança de orientação. Aqui emerge um desafio frequentemente presente na relação entre o tempo institucional, no caso acadêmico, e o tempo comunidade. No ambiente Acadêmico esses podem ser vistos como momentos de imediatismo dos grupos populares. Porém, neste caso, foi entendido pelas pesquisadoras como uma mediação necessária, entre as

²⁵ A descrição das metodologias Árvore de Problemas e Árvore de Objetivos é facilmente encontrada na Internet. Porém a utilizada neste processo foi a que está descrita no material do Curso de Elaboração de Projetos, desenvolvido pela hoje extinta Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos vinculadas ao Governo do Estado, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública, disponível em versão impressa, sem indicação de ano ou autores responsáveis.

necessidades apontadas pelo GT do PAT e suas condições concretas de se engajar nas ações, com vistas a ver algum resultado ser desencadeado.

Assim, ao invés de um encontro voltado a discutir formas de enfrentar o problema definido, o grupo manifestou interesse comum em realizar uma atividade cultural que pudesse reunir pessoas da Comunidade e estimular a memória afetiva com relação ao território. Como atividade prioritária, foi criado o Encontro de Contos e Causos do Beco do Pesqueiro. Além desta, foram também indicadas três outras atividades voltadas ao enfrentamento de questões relacionadas ao desenvolvimento econômico da região e à proposição de alternativas para o tratamento de resíduos, sendo: realização de encontros para troca de conhecimento, com ensinamentos de técnicas de artesanato e culinária, entre outras; aproximação à comunidade budista, a fim de propor parceria para uma amostra de culinária indígena e a realização de um curso sobre instalação de biodigestores domésticos²⁶.

Foto 6. Oficina sobre biodigestores domésticos - Beco do Pesqueiro; abril de 2024.



Fonte: acervo pessoal de Iliete Citadin (2024)

3.1.3 Intervenção - Terceira etapa

A definição das atividades cumpriu o papel de gerar estímulo ao grupo e contribuiu para dar início a um processo de ações na comunidade. As primeiras ações foram os encontros de Contos e Causos, que foram realizados nas casas de pessoas dispostas a acolher a atividade. O Encontro consiste basicamente em uma roda de conversa em torno de uma fogueira, na qual os participantes podem contar suas histórias, declamar uma poesia ou cantar alguma música. Cada participante poderia

²⁶ A comunidade do Beco do Pesqueiro apresenta importante vulnerabilidade frente a intempéries, levando a que muitas atividades sejam descontinuadas em razão de fortes chuvas ou ventos. Tais situações foram recorrentes no período do desenvolvimento do presente trabalho, levando a que algumas atividades não chegassem a ser implementadas. Caberá, na continuidade dos processos organizativos, ao grupo que compôs o GT do PAT definir por sua realização, ou não.

levar algum alimento ou bebida para compartilhar com os demais. Foi preparada uma playlist em um agregador de áudio, com músicas regionais, gauchescas, “caipiras”, entre outras. Também foi elaborado coletivamente um estandarte. Além disso, nos Encontros passou a ser exposta e, aos poucos complementada, uma cartografia social do Beco, criada no âmbito de uma das disciplinas do curso e produzida pelo GT do PAT.

Foto 7. Cartografia do Beco do Pesqueiro exposta no interior da Igrejinha de Pedra, durante a retomada da Feira Cultural do Beco do Pesqueiro.



Fonte: acervo pessoal de Zadelene Zaro/Zadi (2024)

Estes primeiros encontros de Contos e Causos aproximaram pessoas que não tinham histórico de participação nas atividades anteriormente promovidas na comunidade e outras que participam do movimento Não Ao Lixão²⁷, mas não vinham compondo GT do PAT. Deles também surgiu a proposta de retomada da Feira Cultural do Beco do Pesqueiro, agora na Igrejinha de Pedra, ponto de referência fundamental para a comunidade.

Foto 8. Primeiro Encontro de Contos e Causos do Beco do Pesqueiro, acolhido em área residencial.



Fonte: acervo pessoal de Iliete Citadin (2024)

²⁷ Na página 37 deste trabalho, no item Conflitos socioambientais: dilemas desses tempos de Beco do Pesqueiro, são apresentadas mais referências ao movimento.

A partir de então, o GT do PAT foi ampliado, incorporando pessoas interessadas na realização da Feira, que teve uma primeira edição de retomada, da qual participaram cerca de 50 pessoas da comunidade e de fora dela. A Feira aconteceu em um dia intensamente chuvoso, mas, ainda assim, contou com oito bancas de expositores que comercializaram produtos locais, apresentação artística e uma benção ecumênica. Já o curso de Instalação de Biodigestores Domésticos, previsto para ter 2 módulos, teve seu primeiro módulo realizado com participação de aproximadamente 40 pessoas da região e de outras comunidades de Viamão e cidades próximas. Porém, logo em seguida ocorreu a catástrofe ambiental que atingiu a maior parte do Rio Grande do Sul com enchentes e, após aquele período difícil, não houve condições de realização do segundo módulo do curso.

3.2 Desafios da pesquisa

3.2.1 Uma descoberta: a escassez de referencial

Desde o início do trabalho das estudantes, foram ensejados inúmeros esforços no sentido de realizar levantamento documental e bibliográfico que contribuíssem para uma melhor compreensão da gênese do território objeto da pesquisa, assim como de sua caracterização atual. Neste sentido, foram pesquisados repositórios online de Dissertações, Teses e Trabalhos de Conclusão de Curso-TCCs de instituições de ensino superior da Região Metropolitana de Porto Alegre-RMPA; assim como repositórios de revistas científicas. Buscou-se, também, informações junto a professores do próprio IFRS-Viamão e por fim, foram realizados contatos com órgãos da administração direta e indireta, como secretarias municipais da Fazenda e da Agricultura e EMATER.

Este primeiro esforço mostrou-se pouco frutífero. Não foram localizados dados desagregados para bairros e, menos ainda, territórios no interior desses bairros, em Viamão. Para o escopo do trabalho, voltado para análise qualitativa do processo de participação social e vínculo comunitário frente a conflitos socioambientais, considerou-se que pesquisas quantitativas junto ao IBGE seriam pouco resolutivas. Tanto porque os dados encontrados seriam ao Sítio São José, cujo perfil é bem mais diverso que o do Beco do Pesqueiro, quanto porque no período em que se deu início ao trabalho, recém estavam sendo publicados os resultados macro do Censo de

2022. Evidenciou-se, por sua vez, a reduzida tomada das distintas realidades presentes ao município de Viamão como tematização para estudos aprofundados.

Com isso, o referencial bibliográfico que situe diretamente o território, ficou restrito a um breve capítulo do livro *Raízes de Viamão*²⁸ e aos TCCs desenvolvidos por orientandos da professora Maria Luiza Correa de Camara Rosa. Moradora do território desde 2022, a professora e pesquisadora do Instituto de Geociências da UFRGS, apoia iniciativas do Movimento Não ao Lixão e, no interesse de melhor compreensão das condições geomorfológicas da região e dos riscos da implantação de um empreendimento do tipo aterro sanitário na região, desenvolveu ação de extensão que resultou em Relatório Técnico e, também, estimulou alunos a desenvolverem pesquisas acerca do Beco do Pesqueiro, que geraram dois TCC sobre a região. Estes trabalhos foram, efetivamente, produções científicas que contribuíram para a compreensão dos impactos socioambientais de ciclos recentes de ocupação da região.

Sobre os mais diversos temas socioambientais, assim como, acerca dos conflitos a eles relacionados, a produção de estudos é bastante profícua. Destaca-se, em termos de interesse neste campo de estudos, os que foram levados à cabo pela pesquisadora Lair Medeiros de Araújo (2020), que desenvolveu sua dissertação de mestrado sobre o caso do Lixão existente na comunidade Sta. Tecla, em Gravataí.

A ausência de material documental sobre o Beco do Pesqueiro salientou a importância da realização de outra abordagem metodológica prevista pelas estudantes: a realização de entrevistas com moradores(as) e com vínculo estreito ao território.

3.2.2 O encontro de novas referências: a Coleta de dados nas entrevistas

Esta etapa representou um dos momentos mais desafiadores e, ao mesmo tempo, ricos para o aprendizado das pesquisadoras, visto que ambas são oriundas de áreas de formação (filosofia e história) em que tais procedimentos são menos presentes. Foi também um momento importante para estabelecer a intersecção entre as questões priorizadas pelo GT do PAT e a pesquisa propriamente dita.

²⁸ No livro *Raízes de Viamão* consta uma breve história da Igrejinha de Pedra. DE ANGELIN, Luana Vieira. A Igreja de Santa Luzia. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Raízes de Viamão: Memória, história e pertencimento*. Porto Alegre – FAPA, EST, 2008. p. 1119-1120.

No período imediatamente posterior à definição da prioridade do PAT e com base nele, foram delimitadas a situação problema e os objetivos de pesquisa tal como segue:

Situação-problema: Dificuldades enfrentadas para agregar distintos grupos da comunidade do Beco do Pesqueiro em torno de pautas comuns, em cenário de conflitos socioambientais.

Objetivos: Primário – Identificar condicionantes para as dificuldades de mobilização social no Beco do Pesqueiro, em especial, identificando posicionamentos frente a conflitos socioambientais e vínculos de pertencimento a dinâmicas sociais e culturais do território. Secundários - identificar posicionamento de indivíduos e grupos sociais e culturais atuantes no território frente a atuais ou potenciais conflitos socioambientais; localizar elementos que têm gerado ou possam gerar bloqueios nas possibilidades de diálogo entre os indivíduos/grupos presentes ao território; levantar aspectos que configurem pertencimento e sejam reconhecidos como elementos de identidade coletiva.

A preparação da ida à campo para realização das entrevistas, foi precedida da elaboração de hipóteses, relacionadas aos temas previstos no roteiro. Foram elas: práticas tradicionais, próprias da agroecologia, estão presentes ao território (além daquelas já desenvolvidas pelos(as) produtores(as) orgânicos(as) da região); as diferenças de classe social impactam no apoio ou rejeição aos empreendimentos de grande impacto socioambiental (Lixão e areeiras), sendo potencialmente maior o apoio entre as pessoas de mais baixa renda; a preocupação com a preservação ambiental é mais presente em pessoas de classe média, vindas em períodos recentes para o Beco; os fatores de risco socioambiental tem se ampliado em razão da baixa mobilização e organização comunitária; as diferenças culturais e divergências político-ideológicas geram divisões que dificultam a unidade de mobilização; a divisão entre os moradores mais antigos e os mais novos é um dos principais limitadores para a mobilização.

Com esta orientação, foi elaborado um roteiro de entrevistas²⁹ que se estruturou em torno de cinco blocos de questões: identificação; conhecimento acerca da história do Beco; relação/vínculos ao território; compreensão acerca da agroecologia e de sua potencial contribuição para o território; posicionamento sobre fatores de conflito socioambiental. Tratou-se de roteiro de entrevistas estruturado,

²⁹ Conforme Apêndice B do presente trabalho.

sendo que algumas das questões contavam com múltiplas opções previamente redigidas, a fim de facilitar o registro das informações. As respostas eram livres, podendo incluir outras possibilidades, assim como não fazer referências às opções já previstas. Para os blocos referentes à agroecologia e aos conflitos socioambientais, as estudantes elaboraram conceitos que foram entregues impressos para cada entrevistado(a)³⁰. Tais conceitos eram lidos após as respostas a uma pergunta inicial sobre estes temas.

As inúmeras tentativas de agendamento das entrevistas destacaram outro desafio presente à pesquisa engajada: por um lado, o fato de uma das estudantes pertencer ao território facilitou a identificação dos perfis de atores presentes e influentes em maior ou menor grau no histórico e na atualidade do Beco do pescador, por outro, o fato da mesma ser engajada em um movimento social foi em muitos casos fator de afastamento das pessoas, dadas as divergências previamente consideradas por aquelas para as quais foram propostas as entrevistas. Em alguns casos, estas barreiras foram contornadas por meio da mediação de outros(as) moradores(as), porém em alguns casos foi necessário substituir as pessoas a serem entrevistadas, por outras de mesmo perfil.

Foi realizado um esforço significativo para que o corpo de entrevistados fosse representativo da diversidade do território em termos de gênero, raça, estratificação socioeconômica, faixa etária, tempo de residência, linha espiritual/religiosa e localização. Ao todo, foram realizadas 20 entrevistas³¹, majoritariamente individuais³², ao longo de 4 meses. Este público é representativo de 20 das aproximadamente 55 unidades de moradia existentes no território e está distribuído em todas as vias que o compõem. Embora não tenha sido prevista uma questão sobre atividade profissional ou econômica, buscou-se incluir aquelas pessoas que vivem dos trabalhos mais precários ou de menor remuneração, assim como algumas das pessoas de maior poder econômico. Foram 13 mulheres e 07 homens; uma pessoa negra; 03 jovens, 09 idosos e 08 adultos; e, quanto ao tempo de presença no território, 03 residem no Beco 2020 para cá (pós pandemia), 04 passaram a residir entre 2011 e 2019, 04 entre 2000

³⁰ Conforme Apêndice A do presente trabalho.

³¹ Das 20 entrevistas, 16 foram gravadas e seus arquivos de áudio salvos em drive online. O áudio da entrevista de teste foi perdido e três entrevistas foram realizadas por Meet. Como nenhuma das estudantes têm versão paga do aplicativo, não foi possível gravá-las.

³² Em três circunstâncias, os entrevistados estavam acompanhados de seus cônjuges, havendo colaboração entre os mesmos para as respostas.

e 2010, 06 vivem há mais de 40 anos e 03 se mudaram do Beco a pouco tempo, mas mantém vínculo familiar contínuo com o território.

De posse desse material foram feitos alguns levantamentos quantitativos, referentes a pontos sensíveis, notadamente, aos conflitos socioambientais e, principalmente, compilações de informações e leituras qualitativas das respostas obtidas. O material daí resultante é a principal base para os próximos itens do presente trabalho.

4 UM TERRITÓRIO, MUITOS CICLOS

Adoro. Eu gosto de natureza, [...] de estar com o pé no chão, não vivo muito bem na cidade, aqui a gente conseguiu formar uma comunidade onde tem uma certa segurança; se tem um problema, a gente chama e todo mundo se ajuda[...] aqui eu consigo reunir a família, que é o único lugar que consigo reunir a família e soltar as crianças. [...] dá muito trabalho, não é fácil manter³³.

A epígrafe acima traz a fala de uma moradora do Beco do Pesqueiro entrevistada para o presente trabalho, quando perguntada sobre gostar ou não de viver na comunidade. Moradora do local há 40 anos, viveu o período pós encerramento do ciclo da mineração de pedras na região e acompanhou os novos ciclos que se abriram. Ela abre este trecho por expressar um tipo de relação comum entre moradores entrevistados e seu território, ancorado na afirmação de um modo de vida que envolve viver com maior simplicidade, envolta em relações de cuidado entre as pessoas e delas com o ambiente.

Neste trecho do trabalho detalharemos um pouco melhor a situação atual do Beco do Pesqueiro, elementos de sua formação recente, aspectos da caracterização social e, a partir das entrevistas, os vínculos destes(as) moradores(as) com relação ao território, buscando situar como grupos de perfis sociais distintos interagem com o mesmo. Por fim, será destacado um aspecto do papel do Estado, que permeia a relação da comunidade com o Poder Público e interfere nos processos de atuação coletiva.

³³ Em um determinado momento da entrevista, este entrevistado informa que planta frutíferas com a intenção de garantir alimento para a fauna silvestre.

4.1 Beco do Pesqueiro, um novo ciclo

Nas primeiras décadas do século XXI, o Beco do Pesqueiro viveu um novo ciclo de ocupação humana. Lentamente, a região foi recompondo sua população, ocorrendo dois momentos de maior afluxo, ambos relacionados a processos mais amplos que incidiram na organização urbana no país. O primeiro deles pode ser situado à época da preparação das cidades para receber as delegações da Copa do Mundo no Brasil, em que o município de Viamão ficou em evidência. O segundo, na pandemia da SARS-COVID19. Por fim, além destes momentos, as enchentes ocorridas em maio de 2024 também promoveram novas chegadas ao território. Os(as) novos(as) moradores(as), que representam em torno de 30% da população atual do Beco, são pessoas que saíram dos centros urbanos - em sua maioria profissionais liberais - em busca das vantagens associadas à vida mais tranquila e saudável próxima à natureza. Este deslocamento pode ser caracterizado pelo que tem sido chamado de contraurbanização³⁴. A designação por “novos moradores” não diz respeito a uma demarcação temporal. Faz parte da cultura local chamar de “nativos” as pessoas que pertencem a famílias que vivem no território desde a época das pedreiras. Esta configura uma importante delimitação de grupo social desta comunidade.

A região do Beco do Pesqueiro está localizada na Macrozona Zona Rural de Itapuã, no município de Viamão, no Distrito do Passo D'Areia, a 12 km do Centro da cidade. Tomando em consideração a estruturação por eixo do atual Plano de Diretor, encontra-se no eixo Comércio e Serviços Turísticos. Conta com alguns conjuntos de moradia de perfil coletivo a exemplo do Centro Budista Montanha Grande Via Zen, Instituto Imortais da Terra, Eco Vila Colibri Dourado e espaço Hare Krishna Sri Gaia Vrndavana Dham. A distância entre estes pequenos aglomerados e a entrada do Beco é de aproximadamente 1,5km. As residências existentes no território se distribuem por três longas vias secundárias, de estradas de chão batido: Martinho

³⁴ Para o alcance deste trabalho entendemos não ser possível, ou mesmo necessário, aprofundar o tema da contraurbanização. Interessa, aqui, a caracterização que o conceito permite acerca do processo de saída dos centros urbanos para áreas rurais ou rururbanas em busca de melhoria na qualidade de vida, sendo esta entendida em termos de contato com a natureza e tranquilidade. No entanto, importa informar que utilizamos o apanhado das abordagens teóricas sobre as movimentações entre o urbano e o rural presentes à dissertação de mestrado de Bruna Karpinski (2020). KARPINSKI, Bruna. Neorrurais agroecologistas e o desenvolvimento rural sustentável: o caso das produtoras e dos produtores agroecológicos da RAMA. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/216646>> .

Goudinho, Paineiras e Antônio Canal, sendo a com maior predomínio de sítios a Martinho Goudinho. A chegada à comunidade se dá pela rodovia Cel. Acrísio Martins Prates, uma das raras em boas condições na região.

Os conjuntos de moradia acima descritos chamam a atenção para uma característica da configuração social mais recente do Beco, ligada à diversidade espiritual. Se tradicionalmente a cultura do Beco se organizou em torno da confissão católica, atualmente, é possível encontrar 6 orientações distintas³⁵.

Parte da população é formada por pessoas aposentadas, contando com poucos jovens e crianças. Como é comum nos processos resultantes de contraurbanização, neste período a maioria das famílias que adquiriu propriedade no Beco o fez para moradia, sendo que somente uma pequena parcela comprou para lazer. Nas entrevistas, porém, ficou explícito pelas falas que muitos moradores e moradoras consideram viver no Beco sua forma de lazer.

Muitas das pessoas que fixaram residência recentemente na região mantiveram seus vínculos anteriores de trabalho, necessitando deslocarem-se diariamente para a cidade. Ainda assim, é possível afirmar que aproximadamente 30% das pessoas têm suas atividades econômicas no território. Estas são principalmente atividades de serviços, como caseiros, pequenos comércios e trabalhos de reparo e manutenção, em geral. Nos casos dos prestadores de serviços, é importante destacar que se trata de trabalho precarizado, sem vínculo empregatício, sendo alguns deles de caráter sazonal. Há também produtores(as) orgânicos(as) e agroecológicos(as), agropecuária tradicional e silvicultura.

Como dito anteriormente, a escolha de morar nesta região aparece muito ligada à beleza e aos frutos da natureza e à tranquilidade em relação à cidade. Um aspecto que é visto positivamente por todos os entrevistados é a qualidade da água, sendo uma das maiores preocupações dos habitantes o seu risco de contaminação. A pureza do ar é referida por quase todas as pessoas, sendo um atrativo diante da poluição que afeta as áreas com maior concentração urbana.

Outra questão citada como razão para gostar de viver no Beco diz respeito à segurança, tida como uma demonstração de cuidado coletivo, já que é feita pelos

³⁵ Atualmente há pessoas que se identificam e praticam as seguintes orientações espirituais: católica, umbanda, ananda marga, budismo, paganismo e hare krishna. Chama a atenção o fato de não ter sido identificado ao longo deste trabalho nenhum morador que se reivindicasse pertencente a alguma religião protestante ou neopentecostal.

próprios moradores, sempre atentos a qualquer possível ameaça. Este esforço da vizinhança busca suprir a ausência de segurança pública.

Entre os pontos considerados negativos são apontados o transporte público, que tem pouca oferta de horários e encerra o funcionamento muito cedo ao fim do dia, e as estradas que, com relativa frequência, ficam interrompidas. Com relação à oferta de atividades culturais, o conjunto dos entrevistados acusa inexistência. Saúde e educação são, em geral, bem avaliadas, porém é frisado que os equipamentos públicos destas áreas ficam bastante distantes do território.

Os retornos obtidos durante as entrevistas no que respeita a itens de infraestrutura urbana e direitos sociais, desnuda o papel que a ausência do Poder Público pode cumprir no interior das comunidades. Por ser corriqueiro o descaso do Estado com a região, geralmente é a própria coletividade que se organiza e, mesmo com dificuldades econômicas, custeia a manutenção de suas ruas. Com frequência, isto é razão para estremecimento na relação entre moradores(as), já que muitos(as) não dispõem de recursos financeiros e outros(as) consideram que não deveriam suprir o papel do Estado. Consideramos que a naturalização da omissão do Poder Público pode estar na raiz do que levou o GT do PAT a optar por não dar prioridade a relação com este ente ao definir seu foco de atuação. Com isto queremos dizer que é possível que tenha ocorrido não apenas um distanciamento, mas efetivamente uma clivagem entre os setores populares e as estruturas de poder estatal. Ao mesmo tempo, tal situação pode estar exacerbando diferenças de classe social e aprofundando divergências políticas e, assim, dificultando a busca de unidade em torno de interesses e pautas comuns entre os moradores e as moradoras do Beco.

4.2 Conflitos socioambientais: dilemas desses tempos de Beco do Pesqueiro

*És o mais bonito dos planetas
'Tão te maltratando por dinheiro
Tu que és a nave nossa irmã³⁶*

No campo dos estudos ambientais, a linha vinculada à sustentabilidade tem tido forte respaldo e sido base para a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas, assim como tem conquistado amplo espaço nos meios de comunicação,

³⁶ O Sal da Terra; Beto Guedes.

alcançando importante aceitação. Esta perspectiva aponta para a compreensão de que existe a possibilidade de se atingir equilíbrio entre os interesses das grandes empresas devastadoras e poluidoras e os dos grupos sociais e territórios atingidos pelas ações das mesmas. Com isso, não considera como elemento constitutivo da lógica capitalista a desproporção entre distintos grupos sociais, em razão de sua capacidade de ver seus interesses atendidos. Estas assimetrias seriam um efeito disfuncional, passível de ser corrigido no âmbito do próprio sistema. Os debates ambientais daí derivados tendem a tratar de todos os setores envolvidos como se tivessem o mesmo nível de envolvimento, responsabilidade e poder.

A abordagem seguida no presente trabalho se distancia do campo da sustentabilidade, vinculando-se ao dos conflitos socioambientais. Para essa área de pesquisa, os estudos dos processos socioambientais devem considerar a diversidade de formas de interação dos distintos grupos sociais com a natureza; as relações de poder envolvidas e, em especial, a assimetria no exercício do poder; as desigualdades no acesso aos bens da natureza e à riqueza produzida; assim como, a falta de equidade quanto aos impactos dos processos de produção e distribuição da riqueza. Com isso, o desenvolvimento da pesquisa se aproxima dos estudos situados como “ecologismo popular”, “ecologismo dos pobres”, ou ainda, da “justiça ambiental”³⁷.

A pesquisa realizada junto a moradores do Beco do Pesqueiro, desse modo, partiu da compreensão de que a conformação daquele território tem sido marcada e é atualmente permeada por conflitos socioambientais. Através das entrevistas, buscou-se identificar: 1) o conhecimento prévio dos(as) moradores(as) entrevistados acerca dos principais vetores destes conflitos no território, a saber, as propostas de implantação de um lixão e de uma empresa de extração de areia nas proximidades; 2) se tais propostas eram vistas como negativas ou positivas para a comunidade; 3) que razões apresentavam para as posições assumidas; e 4) se e como as mudanças climáticas afetam o Beco do Pesqueiro.

³⁷ A obra *O Ecologismo dos Pobres* - ALIER, Joan Martínez (2007) - oferece uma exposição qualificada das diversas linhas presentes ao amplo espectro das lutas ambientais. O livro digital “A difícil sustentabilidade” - BURSZTYN, Marcel (org.) (2001) - também traz artigos que situam posicionamentos envolvidos nas linhas existentes nestas lutas. Da mesma forma, o artigo *Conflitos ambientais e Lutas Materiais e Simbólicas* - VIÉGAS, Rodrigo Nuñez (2009) contribui para esta compreensão.

Por sua proeminência, antes de entrar nos resultados da pesquisa junto à comunidade, o tema do lixão nos exige um parêntese no texto, permitindo detalhar sua complexidade.

Em 2019 veio a público a proposta de instalação de um lixão regional na localidade do Passo D'Areia/Cantagalo, Macro Zona Rural de Itapuã. O projeto deste empreendimento envolve receber os resíduos de 18 cidades da RMPA. O local escolhido, a Fazenda Monte Verde, conta com 8 nascentes de águas cristalinas, cuja águas irrigam boa parte da região. Esta fazenda fica entre o Passo D'Areia e o Cantagalo, distante apenas 1,6 km da Aldeia Mbya Guarani Tekoá Jatai'ty do Cantagalo e 1,7 km da Aldeia Mybia Guarani do Passo D'Areia Tekoá Hovy. Segundo estudos geológicos, a região fica entre o Escudo Uruguaio Sul Riograndense e a planície costeira do RS (Bacia de Pelotas)³⁸.

As nascentes desaguam no Arroio Alexandrina, que se une com o Arroio Pesqueiro impactando diretamente a sub bacia do Chico Barcelos, que desemboca no Guaíba, direcionando o fluxo para a bacia do Gravataí. Pelas águas subterrâneas, tais nascentes vão impactar a Coxilha das Lombas que, localizada na região de Águas Claras, contém uma reserva cerca de 6 bilhões de m³ de água de excelente qualidade³⁹. Se comunicam com o lençol freático das Unidades de Conservação do Lami e de Itapuã, tendendo, com isto, afetar o Banhado dos Pachecos e, através dele, a Coxilha das Lombas e as três comunidades quilombolas existentes no Distrito de Águas Claras. Por estar situado nessa grande área, alcança ainda o Assentamento Filhos de Sepé, reconhecido como importante produtor de arroz com certificação orgânica.

Com isso, o lixão atinge diretamente também sete comunidades indígenas⁴⁰, sendo duas situadas em Porto Alegre e cinco em Viamão. Por fim, atingirá as famílias do entorno, inclusive com risco de perda de certificação das propriedades que hoje contam com o selo de produção orgânica. Como se sabe e não bastasse, para a

³⁸ Os dados sobre a estrutura hídrica da região aqui expostos são encontrados em A Geologia de Viamão (RS): Recursos Naturais e Uso do Solo. Relatório Técnico-Científico 01, produzido em 2021, no âmbito da Ação de Extensão Nº 22256, do Instituto de Geociências da UFRGS e disponibilizado ao movimento social pela professora Maria Luiza Correa da Camara Rosa.

³⁹ Trabalho Final de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Engenheiro Ambiental e Sanitarista. NOGUEIRA, Geovane Rangel Ferreira Juiz de Fora, 2016. Título: A extração de areia em cursos d'água e seus impactos, proposição de uma matriz de interação. Páginas 23-34 e 65.

⁴⁰ Além das já citadas anteriormente, serão atingidas as comunidades Pindó Poty e Anhangueira (Mbya Guarani), Van Ka (Kaingang), Polidoro (Charrua).

natureza não existe fronteira e a contaminação pode derivar para a bacia do Rio Gravataí, de onde é captada água para abastecer as cidades da RMPA⁴¹.

O temor despertado pela proposta de instalação deste lixão levou ao surgimento do mais ativo movimento socioambiental organizado a partir da cidade de Viamão, o Movimento Não ao Lixão. Surgido a partir de mobilização de moradores da região do Cantagalo e Passo D'Areia, esse movimento tem atuado ininterruptamente desde 2019. O tema do lixão, em razão das inúmeras ações realizadas pelo movimento social, ganhou grande repercussão pública na cidade e fora dela, em especial na região em que se encontra o Beco do Pesqueiro. Foi também a partir dele que foi dado início à elaboração do Atlas Socioambiental de Viamão, em parceria com a UFRGS, o IFRS-Viamão e o movimento social, a ser lançado ainda em 2025.

Fotos 9, 10 e 11. Mobilizações de perfil diverso realizadas pelo Movimento Não ao Lixão.



Fonte: acervo pessoal de Iliete Citadin (Foto 9, 2020; Foto 10, 2022; Foto 11, 2023)

Retornando à análise dos resultados da pesquisa, temos que todas as pessoas atestam ter ouvido falar em lixão ou aterro sanitário, sendo que a maioria ouviu falar em lixão. No caso das areeiras, 20% dos entrevistados não tinham ouvido falar desta possibilidade. Isso se deu principalmente entre pessoas que há pouco tempo deixaram de morar no Beco. A quase totalidade é contrária à instalação dos dois empreendimentos, sendo 90% contrárias ao lixão e 85% contrárias às areeiras. Ainda que pequena, a maior aceitação se encontra no grupo de pessoas nativas. No caso

⁴¹ Conforme A Geologia de Viamão (RS): Recursos Naturais e Uso do Solo. Relatório Técnico-Científico 01; citado na nota 36 do presente trabalho.

das areeiras, inclusive, os nativos que as apoiam, chegam a expressar uma atitude de defesa da extração de areia, o que não fazem com relação ao lixão. Já entre aqueles(as) moradores(as) que passaram a residir no Beco após a decadência da mineração de pedras, a rejeição é total a ambas as propostas.

Quem rejeita a instalação do lixão, apresenta como principais preocupações os riscos de contaminação de água e solo. Outros riscos associados ao lixão pelos entrevistados foram: o mau cheiro resultante, o aumento de vetores de doenças e outras questões sanitárias. Alguns moradores e algumas moradoras ainda apontaram outras ameaças potencialmente vinculadas à chegada de empreendimentos de médio à grande porte às comunidades, como: entrada de grupos de tráfico de drogas no território, casos de exploração sexual infantil e, ainda, a possibilidade de quebra da identidade da comunidade⁴². Esta última ameaça apareceu em mais de uma fala com sentido de mudança na cultura da comunidade, dando destaque para o rompimento da tranquilidade que afirmam encontrar na região.

Para aqueles que se opõem à instalação de areeiras, os principais temores dizem respeito à poluição do lençol freático, redução da disponibilidade de água, muito tráfego, riscos para a fauna, ampliação de problemas de infraestrutura viária e, novamente, descaracterização do território. Por sua vez, as pessoas que se colocaram como favoráveis consideram que tende a gerar empregos; que, em razão da necessidade de escoamento do minério, haverá investimento em melhoria da infraestrutura das estradas; e ao menos uma pessoa afirma que haverá ainda mais água disponível.

É importante destacar que mesmo entre as pessoas que são contrárias, o tema da extração de areia é controverso. Por ocasião de audiência pública no Beco do Pesqueiro sobre esta matéria, uma moradora que é contra a instalação de areeiras,

⁴² A relação entre a ampliação da exploração e violência sexual de mulheres e meninas e a implantação de empreendimentos extrativistas, seja em áreas de preservação ambiental, ou em regiões de periferia tem sido matéria de preocupação de diversos setores sociais. O maior fluxo de recursos e de pessoas, que comumente não permanecem no local, são, por um lado, atrativo para setores envolvidos em criminalidade, por outro, a introdução de valores e hábitos alheios e muitas vezes contrapostos à cultura local. Bastante provocado pelos movimentos populares, em especial, o feminista, o MP tem estado atento para a problemática. Segundo uma das pesquisadoras, Iliete, isto foi citado por uma antropóloga do MP em uma das audiências para tratar do lixão. Também tem sido motivo de estudos e publicações acadêmicas e de organizações do movimento feminista. Citamos aqui dois deles que serviram de referência para o presente trabalho: “Mulheres Atingidas – territórios atravessados por megaprojetos”, disponível em <http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/mulheres-atingidas-territorios-atravesados-por-megaprojetos/> e “Mulheres atingidas pela mineração e barragens: impactos e resistências”, disponível em <https://periodicos.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/5357/4244>.

apresentou a seguinte questão: “Como vou ser contra as areiras, se depois vou usar areia para construção?”. Esta também foi uma das razões expostas por aqueles entrevistados que se colocaram favoráveis a essas iniciativas. É possível compreender tais manifestações a partir de duas leituras que se interligam. Uma delas diz respeito ao fato de que a mineração é socialmente aceita. Outra, que talvez se vincule a ela, traz à tona a memória sobre a “época de ouro” do Beco do Pesqueiro com a extração de pedras.

Ecoa neste caso o histórico de colonização latino-americano e o movimento de reprimarização da economia brasileira. Atualmente, o Brasil se encontra entre os primeiros colocados no ranking da mineração mundial em um grande número de matérias-primas. Para que isto seja possível, tem sido histórica a associação entre os grupos econômicos, nacionais e internacionais, e setores do poder político no país. Isto envolve, entre outras iniciativas, a máxima flexibilização possível do arcabouço jurídico, seja relativo à proteção ambiental, seja aos direitos sociais e trabalhistas. Para garantir este percurso, é fundamental que haja adesão social, o que é facilitado por meio da produção de imaginário.

No caso do Beco do Pesqueiro, este imaginário é favorecido pela memória da pujança criada na época das pedreiras. Mas, como visto, também pelo ambiente de naturalização das relações predatórias de nossos territórios. Percebe-se, outrossim, que interfere o desconhecimento dos efeitos da operação de extração de areia. Trata-se de atividade que gera poluição sonora, que afeta seres-humanos e não humanos, impactando no ciclo natural onde se instala e interferindo na tranquilidade da região, muito valorizada por todos. Outra marca do desconhecimento é relativa aos ciclos das águas. Quando são abertas cavas para extração de areia, principalmente em regiões de riqueza de lençóis freáticos, a tendência é de que os mesmos sejam atingidos e a água aflore, acumulando-se no local. Aparentemente, as pessoas que consideram que a extração de areia promove abundância de águas, não se apercebem que a água que se acumula, foi capturada de outro local. Ainda, entre os entrevistados, houve quem afirmasse que a redução de disponibilidade de água que já vem sendo sentida na região é resultado estritamente do funcionamento da fábrica da AMBEV em Águas Claras⁴³. Neste caso, raras são as pessoas que estão

⁴³ Trata-se de referência à unidade Águas Claras do Sul da empresa de bebidas Companhia de Bebida das Américas-AmBev, que explora o Aquífero Coxilha das Lombas, a partir do Distrito das Águas Claras, em Viamão, desde 1997..

informadas de fato de que já existe quase uma dezena de areeiras funcionando naquela região e o quanto isto impacta no assoreamento de córregos e riachos.⁴⁴

É digno de nota, ademais, que nos discursos que enunciam discordância, tanto com relação ao lixão, quanto com relação às areeiras, não aparenta ser feita a ligação entre as duas atividades. Logo, a característica estrutural do capitalismo, de necessitar da contínua expansão da produção de mercadorias e, com isto, de seu descarte, não parece ser identificada como a raiz do problema. No entanto, a demanda por embalagens e outros artefatos de vidro é parte importante do que impulsiona a ampliação da fronteira mineradora, no que compete à extração de areia.

Quanto à possibilidade de geração de empregos, citadas por aqueles que concordam com a implantação de ambos os projetos – do lixão e da areeira –, nota-se, em primeiro lugar que as pessoas que ligam a extração da areia à época áurea das pedreiras não estabelecem conexão entre a decadência econômica da região e a dinâmica da mineração. Entre estes moradores, a tendência é atribuírem peso negativo à pressão ambientalista e governamental pelo encerramento das pedreiras. No entanto, é próprio da atividade mineradora extrair o máximo ganho dos locais em que atua e seguir para outras áreas quando a oferta do minério se esgota, ou a atividade é interrompida por razões de risco à vida, ou ainda, em raras situações, por pressão do movimento social. Em segundo lugar, em que pese que tais projetos possam de fato gerar postos de trabalho, além de ser difícil dimensionar a quantidade gerada, a tendência é de que sejam temporários, em razão do esgotamento da área de reserva e da aplicação de alta tecnologia na operação.

É importante ressaltar que, diferentemente do debate acerca da instalação do lixão, o tema da destinação dos resíduos e da alta produção de lixo apareceu em muitos pontos das entrevistas, atestando ser uma preocupação presente para o conjunto dos entrevistados. As soluções geralmente citadas envolveram educação

⁴⁴ Matéria do Jornal Zero Hora de 13/09/2013 informa que “Um sobrevoo pela localidade de Águas Claras, em Viamão, realizado pela reportagem de ZH na manhã desta quinta-feira, revela os efeitos que a extração de areia vem provocando. Três crateras, das quais uma poderia abrigar os estádios da Arena e do Beira-Rio juntos, mais outras jazidas menores ou recém-abertas, assomam entre a mata, enquanto caminhões e escavadeiras operam num cenário que lembra o garimpo da Serra Pelada.” Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/09/retirada-de-areia-impacta-area-em-viamao-4267456.html#:~:text=Clareiras%20abertas,multadas%20ou%20interditadas>. Já no site da Prefeitura Municipal de Viamão, há notícia de 05 jun. 2018, informando os nomes das oito empresas licenciadas para extração de saibro e areia na região. Disponível em <https://www.viamao.rs.gov.br/porta1/noticias/0/3/4016/mineradora-regularizada-e-renda-e-responsabilidade-ambiental>.

ambiental, separação de resíduos e, em certo sentido, alteração na gestão dos resíduos. Não foram feitas sugestões de instalação do lixão em outros territórios, porém foi afirmado que as cidades deveriam “cuidar de seu lixo”.

Ficou nítido, tanto entre os moradores que compõem o GT do PAT, quanto entre os entrevistados, que a possibilidade de instalação do lixão é a maior inquietação entre as ameaças socioambientais. Uma das entrevistadas manifestou este receio da seguinte forma: É nervoso não saber como vai estar daqui a 5 anos⁴⁵; falava principalmente pensando em filhos e netos. Porém, outros riscos e ameaças foram citados como fontes de preocupação: os cortes indiscriminados de árvores, que apareceu na fala de metade dos entrevistados; a introdução de espécies exóticas como o *Pinus*; a caça de animais silvestres; a aberturas de novas estradas nas imediações e, em especial, o parcelamento do solo no próprio território, citado por 25% das pessoas entrevistadas.

Este último caso leva a que a chegada de novos moradores nem sempre seja vista somente por um ângulo positivo, pois toda nova moradia representa mais áreas de mata nativa retiradas. Algumas pessoas mostraram forte inquietação com o que isto vem representando em termos de interrupção de rotas de animais, como bugios e capivaras. Sabendo-se do papel que animais de médio e grande porte representam na disseminação de sementes, percebem que o ecossistema encontra-se em perigo.

Dado o interesse geral da pesquisa na compreensão das dinâmicas de mobilização comunitária frente a conflitos socioambientais, seus potenciais e desafios, as pesquisadoras entenderam ser importante terem alguma noção de como o contexto ambiental mais amplo é percebido pelos moradores. Assim, a última questão das entrevistas foi sobre a incidência das mudanças climáticas sobre o território.

Identificou-se que somente uma fração de 10% dos entrevistados considera que as mudanças climáticas não vêm afetando o Beco. Já o restante afirma que o Beco já vem sendo afetado. Para estes, as mudanças climáticas são vistas como uma ameaça, principalmente, em razão do impacto sobre a água, que para 45% das pessoas pode ter sua qualidade afetada. Porém, a questão da água preocupa também em função de perda de produção e, com isto, de fonte de renda e ou de redução de custos; pelo excesso de chuvas, que leva a encharcamento dos solos; pelas longas estiagens, que secam poços e açudes. No caso da estiagem, ela é vista

⁴⁵ Fala de uma das entrevistadas ao longo das respostas às questões do roteiro de entrevistas relacionadas ao lixão.

como um problema mais amplo do que o econômico, em razão de levar à perda de floração e conseqüente redução de polinizadores, o que afeta também as espécies nativas e seu equilíbrio.

Os(as) poucos(as) moradores(as) que consideram que tais mudanças não afetam, nem afetarão o Beco, dão como razões para esta sua compreensão, a abundância de árvores e água na região. O entrevistado que fez referência à presença das árvores, reside numa das regiões de maior densidade de mata do território e citou uma fazenda lindeira ao seu local de moradia como exemplo de preservação. Sabe-se, no entanto, que o proprietário desta fazenda tem explorado a silvicultura de *pinus*, uma das motivações de conflitos no território, por ser uma exótica invasora.

A amplitude dos efeitos das mudanças climáticas sobre o Beco e seus moradores(as), citados pelos entrevistados, inclui ainda destruições por temporais, a imprevisibilidade dos fenômenos climáticos; o calor intenso; erosão dos solos; a necessidade de acolher famílias desalojadas; e dificuldades para trabalhar, por mal estar. A abrangência desta percepção, somada aos posicionamentos frente aos vetores de conflitos, indicam que os temas socioambientais tornaram-se cotidianos podendo vir a ser potencializados como meio de envolvimento diversos de pessoas e ou grupos da comunidade na defesa do modo de vida que buscam construir ao optarem por viver neste local.

4.3 Entre silêncio e ação: posicionamentos frente a ameaças socioambientais

*Vamos precisar de todo mundo
Pra banir do mundo a opressão⁴⁶*

O problema central, que embalou o trabalho desenvolvido pelo GT do PAT e orientou esta pesquisa de campo, diz respeito à dificuldade de agregar distintos grupos da comunidade em torno de pautas comuns⁴⁷. Partiu-se, portanto, do reconhecimento da pluralidade de formas de viver no território, presentes ao Beco do Pesqueiro. Esta pluralidade envolve, entre outros, as formas de se posicionar e agir no sentido de apoiar ou resistir aos projetos econômicos e sociais que incidem sobre

⁴⁶ O Sal da Terra; Beto Guedes.

⁴⁷ Conforme exposto na página 24, do Item Intervenção - Segunda Etapa, do presente trabalho.

a região. Pressupõem, também, formas distintas de significar o território e de se apropriar dele materialmente.

A pesquisa realizada no território esteve comprometida com desvelar, ainda que parcialmente, pistas que contribuam na geração de dinâmicas coletivas capazes de fazerem convergir os interesses voltados à preservação dos modos de vida não predatórios e não espoliadores que resistem no âmbito da comunidade do Beco do Pesqueiro. Buscou, com isso, contribuir com os agentes mobilizadores já em atuação e aqueles que percebem a necessidade de maior envolvimento. Para tal, procurou identificar, por um lado, as motivações para não participação em atividades públicas coletivas e, por outro, os possíveis impulsionadores de maior aproximação e convívio entre os moradores do Beco, que participaram da pesquisa.

Antes da exposição dos resultados, cabe comentar alguns aspectos do contexto em que se discutem os caminhos para a organização comunitária e as mobilizações sociais. Situar que os avanços do modelo capitalista neoliberal no país se dão na forma da mercantilização da vida e espoliação e rapinagem sobre os territórios envolve compreender que este modelo societário não teria a capacidade de se impor como hegemônico, não fosse sua incidência na produção das subjetividades e intersubjetividades. Isto significa que o capitalismo em sua realização produz visões de mundo e estruturas societárias voltadas a reforçá-lo. Estas visões de mundo são organizadas a partir da contínua atomização das relações sociais e da promoção constante de mecanismos de esgarçamento dos laços de cooperação e solidariedade. Aqui nos interessa destacar o aumento da crença nas soluções individuais; a perda e, no processo, abandono dos espaços públicos comuns; e, em especial, a descrença no papel da política como meio de exercício de poder a partir dos setores populares, ou dos ambientes comunitários.

No caso de comunidades como o Beco do Pesqueiro, esta lógica pode encontrar meios de se manter e reproduzir. Neste sentido, desde o fechamento do Clube Baluarte, o Beco passou a compartilhar do mesmo problema existente na maioria das comunidades periféricas, qual seja, a inexistência de um lugar de referência para a experimentação da vida comunitária. Soma-se a isso, a distância entre as unidades residenciais e as dificuldades enfrentadas para o deslocamento no território, algo que é típico de comunidades rurais. Outras experiências compartilhadas pela coletividade do Beco do Pesqueiro com outras comunidades, no que respeita ao rompimento de vínculos sociais, são o afastamento imposto pela

pandemia da SARS-COVID19 e a divisão interna em razão do acirramento da polarização político-ideológica vivida no país, no período recente.

Durante as entrevistas, 60% das pessoas pesquisadas informaram não participarem de nenhuma atividade política ou social da comunidade. Perguntadas sobre as razões para isto, os motivos mais recorrentes dizem respeito à falta de tempo e problemas de saúde do indivíduo ou de familiar, sendo ambos os casos mais comuns entre as mulheres. Aqui se destaca o trabalho reprodutivo como limitador da ação política destes indivíduos. Entre os entrevistados, 10% deram como razão o fato de não haver oferta de atividades e, 5% diz nunca ter sido convidado. É importante destacar que entre as pessoas que afirmam não terem participação nos movimentos e iniciativas sociais, algumas têm sido ativas na comunidade, inclusive, participando de ações do PAT.

Sobre o tipo de atividade de que teriam interesse em participar, a disposição de atuar em movimentos sociais foi manifestada por somente 10% das pessoas. Porém, foram citadas iniciativas de caráter coletivo pelas quais se interessam. Foram elas: esportivas, por 25% das pessoas; religiosas, educacionais e culturais, por 15%; além de assistenciais. Somente 20% dos(as) moradores(as) entrevistados afirmaram não ter interesse em participar de nenhum tipo de atividade.

Com relação ao tema da participação e mobilização, assume relevância comentários sobre vivências coletivas que permanecem na memória e contribuem para formar o imaginário acerca do viver em comunidade. Neste sentido, a Feira Cultural é reconhecida como um marco importante e sua retomada é fator de interesse. Estes falaram da Feira como algo de que sentem falta e que merecia ser retomado, lembrando muito às entrevistadoras do modo como os nativos se referiam ao período auge do Baluarte e da Igrejinha. Realizada mensalmente entre março de 2019 e março de 2020, contou com 13 edições e envolveu 19 pessoas em sua Comissão Organizadora, entre as quais, produtores(as) e processadores(as)⁴⁸ de alimentos, artesãos(ãs) da localidade e artistas do Beco e de fora dele. Assim como ocorreu com inúmeras formas de organização social, a Feira Cultural foi interrompida pela pandemia.

Retomada da Feira Cultural do Beco do Pesqueiro - dez. 2024.

⁴⁸ No caso dos processadores, trata-se de pessoas que produzem alimentos no ambiente doméstico, como é comum em comunidades urbanas e rurais.



Fonte: acervo pessoal de Iliete Citadin (2024)

Outra questão que merece destaque é o fato de que, mesmo quem afirma não participar de nada, ao longo da entrevista acaba por trazer à tona formas diversas de envolvimento com a comunidade. Estas vão desde bloquear estrada, para pressionar empresas prestadoras de serviço; envolvimento em reuniões e grupo de WhatsApp sobre a segurança coletiva; organizar a Igrejinha de Pedra – importante elemento aglutinador do grupo – para missas e eventos; frequentar atividades de cunho espiritual de mais de uma orientação presente ao Beco; contribuir para as festas juninas; integrar o GT do PAT; participar dos Encontros de Contos e Causos; contribuir para “vaquinhas” para recuperação das estradas; participar de cursos no Beco, sobre temas de interesse do território; e comparecer a audiências públicas, reuniões e manifestações sobre as areeiras e o lixão.

Na experiência em torno do tema do lixão, a discrepância entre a afirmação de não participação e o real engajamento é ainda mais notório. Destaque-se, aqui, a adesão de moradores da comunidade à iniciativa de colocarem banners do Movimento Não ao Lixão em frente a suas casas. No contexto da cidade de Viamão, isto denota disposição por parte destes(as) moradores(as) de imprimir caráter público a seu posicionamento – são cinco unidades residenciais, sendo uma na entrada do Beco –, pois significa desafiar a posição de detentores de poder político e econômico, cuja postura vem sendo de pressionar pela agilização da implantação deste empreendimento. A mobilização em torno deste tema tem sido a que atinge maior grau de unidade entre os grupos da comunidade, já que dele participam pessoas de diferentes condições de classe social, distintas matrizes religiosas e, mesmo, posições político-ideológicas antagônicas. Inclusive, neste caso, a diferença quanto aos processos de participação de nativos e novos, não se mostrou definidora.

Banners do Movimento Não ao Lixão na entrada do Beco e em frente a um sítio



Fonte: acervo pessoal de Iliete Citadin (2024)

Nas lutas desencadeadas por movimentos sociais e grupos populares concorrem elementos materiais e simbólicos. No caso do conflito em torno do lixão, a disputa de significados talvez tenha tanta importância quanto as iniciativas práticas. A fala de uma das entrevistadas exemplifica esta circunstância, pois quando perguntado se tinha ouvido falar de um aterro ou de um lixão, afirmou: Já ouvi falar dos dois. Para os políticos é aterro; para o povo é lixão.

Não obstante, no processo de escuta realizado, as perguntas sobre participação em atividades político-sociais, geraram atitude de rejeição. Uma hipótese do porque isto acontece é a de que estas pessoas identificam a participação política como vínculo partidário. Embora essa questão não tenha sido suficientemente explorada, tal hipótese baseia-se em comentários feitos durante as entrevistas e atividades comunitárias nas quais algumas pessoas estabelecem este tipo de relação.

Por sua vez, a postura do Poder Público em relação à coletividade, tem interferido no sentido de contribuir, tanto para fissuras internas, quanto para descrença na capacidade da mobilização social incidir sobre as decisões políticas, a fim de impor outro vetor de desenvolvimento para a região. Dois casos ocorridos em período recente, ilustram as razões para a desconfiança e o descrédito quanto ao poder da ação coletiva. Num deles, um pequeno grupo da comunidade buscou parlamentar a fim de apresentar projeto que redefinisse os nomes de ruas do Beco, facilitando a atribuição de CEP. Trata-se de necessidade objetiva dos moradores, já que envolve acesso a entrega de encomendas de toda ordem. Porém, o projeto foi aprovado e a mudança ocorreu sem a ampla consulta à população, seja pelos moradores, seja pelo parlamentar. E, na comunidade, gerou confusão, com muitas pessoas acreditando tratar-se de mudança do nome da comunidade. O incômodo com esta situação apareceu em inúmeras entrevistas. O outro caso é ainda mais grave. Em março de 2025 a Câmara Municipal de Viamão alterou o Plano Diretor do

município, passando a permitir a mineração nas áreas rurais e de preservação ambiental. A mudança no Plano Diretor foi aprovada, à revelia de qualquer consulta popular e desconsiderando que a discussão de temas de tal ordem estão previstos para a Conferência das Cidades, prevista para 2026, em torno da qual já existe mobilização na cidade de Viamão.

O caso da mudança de denominação do logradouro, põe em evidência a aposta em saídas individualizadas ou, ao menos, particularizadas, em detrimento de interesses mais amplos. Tais posturas são encontradas também nos já referidos casos de manutenção das estradas, visto que muitos(as) moradores(as) opinam por pressionar o Poder Público para que cumpra suas atribuições, porém, alguns indivíduos articulam pequenos grupos de vizinhança na busca de soluções imediatas e de cunho particular.

Contudo, tanto o enfrentamento aos conflitos socioambientais, quanto o envolvimento em atividades culturais, têm sido agregadores capazes de envolver moradores(as) dos variados perfis presentes à comunidade. Caberiam aqui esforços voltados a desmistificar os sentidos atribuídos à política pelo senso comum, contribuindo para melhor compreensão das relações sociais de poder. Da mesma maneira, contribuir para que sejam mais explicitamente estabelecidas conexões entre o exercício da ação pública coletiva e a manutenção dos fatores que ligam estas pessoas ao território – como a fruição do ambiente natural e a tranquilidade –, pode levar a que ampliem sua participação. Por sua vez, o interesse no compartilhamento do convívio por meio de atividades culturais pode oferecer uma alternativa para a superação de distâncias e possíveis fissuras existentes.

4.4 Agroecologia: sentidos políticos de práticas e saberes

Terra não é fonte de lucro, nem dádiva social, nem objeto de especulação ou modalidade de poupança. Terra é a base vital da humanidade.⁴⁹

A Associação Brasileira de Agroecologia-ABA define agroecologia

como ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico que articula diferentes áreas do

⁴⁹ Ana Maria Primavesi.

conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões⁵⁰.

A história de nossas gentes – negras, quilombolas, indígenas, camponesas, ribeirinhas – nos informa que o conceito de agroecologia, como tantos outros, carrega consigo muitos sons, muitos sentidos, muitas vivências. Ao falar sobre a organização econômica de Palmares, Clóvis Moura (1981) nos informa que praticavam agricultura policultora, com grande variedade de cultivos e troca de excedentes com vizinhos⁵¹. Malcom Ferdinand (2022), trazendo a experiência de resistência caribenha ao domínio colonial, lembra que “para sobreviver, [os quilombolas] tornaram-se aqueles que preservam a terra, que cuidam da natureza, transformando-se nos primeiros ecologistas modernos das sociedades crioulas⁵²”. Sabemos o quanto o campo da ciência da agroecologia tem bebido das fontes de conhecimentos tradicionais, em especial, dos indígenas. Sabemos também, pela observação de nossas comunidades, que práticas de cultivo têm se mantido apesar do avanço da urbanização e do apelo da indústria alimentícia.

Partindo destas referências procuramos identificar, por meio das entrevistas, quais práticas tradicionais têm sobrevivido na comunidade do Beco do Pesqueiro, que podem ser identificadas com uma perspectiva agroecológica. Igualmente, buscamos entender qual a apreensão previamente existente de seus moradores e suas moradoras acerca da agroecologia. Por fim, após termos apresentado uma definição de agroecologia, questionamos os entrevistados sobre a possibilidade desta concepção contribuir de alguma forma para a comunidade do Beco do Pesqueiro.

É relevante destacar que 90% das pessoas entrevistadas têm algum tipo de cultivo e todas estas produzem plantas alimentícias. Mais da metade das que cultivam alguma espécie, planta frutíferas; e 45% plantam ervas medicinais. Muitas têm plantas ornamentais e há aqueles que produzem suas próprias mudas. Quanto às finalidades dos cultivos, a grande maioria produz com a finalidade de complementar a alimentação familiar e apenas 15% para comercializar sendo que, destas, somente uma o faz para público de fora do Beco. Outras destinações dos plantios são o uso religioso e a alimentação de animais silvestres.

⁵⁰ Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

⁵¹ MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. Tudo é história, Vol. 12. São Paulo: Brasiliense, 1981.p. 37

⁵² FERDINAND, Malcom.*op. cit.* p.. 174.

O questionamento sobre o tipo de manejo respondeu em grande medida à questão sobre a perspectiva agroecológica presente às práticas desenvolvidas. Todas as pessoas que afirmaram ter algum cultivo agrícola produzem seu próprio composto, podendo ser por depósito de resíduos orgânicos, minhocários ou cama de aviário⁵³. Os manejos envolvem, na grande maioria, a cobertura vegetal, o controle manual de insetos com insumos naturais, fitoterápicos, catação manual, produção de caldas e ou biocontrole. A maioria solta a terra de forma manual e uma propriedade conta com trator e misturador. Somente uma pessoa afirmou usar veneno estritamente para eliminar formigas e carrapatos.

Quanto ao conhecimento prévio sobre agroecologia, 65% dos entrevistados afirmaram já ter ouvido falar. No entanto, quando perguntados sobre o que entendem por agroecologia, foi possível perceber que algumas fazem relação genérica com “agro”, “agricultura”, “ecologia”, “preservação”. Ainda assim, na quase totalidade percebe-se que atribuem valores positivos aos significados que dão ao conceito. Noções de respeito a todos os seres, de equilíbrio entre o ser humano e a terra, sintonia e cuidado com o meio, sustentabilidade e abundância permearam as respostas. Entre as afirmações que indicaram que a agroecologia teria aportes importantes a fornecer, chamou a atenção a afirmação de que “agroecologia é uma matéria que disciplina nossa espécie⁵⁴”. Percebe-se que há uma perspectiva ampla acerca do tema, que poderia indicar uma maior disposição a se engajar em iniciativas desta ordem.

Foi possível também identificar posicionamentos antagônicos sobre o tema. Enquanto uma entrevistada afirmou que “a lógica do capital é autofágica” e que a agroecologia significa “não fazer da natureza uma mercadoria”; outro entende que “agro e ecologia são coisas distintas e não podem ser misturadas, pois a agricultura de produtividade exige agrotóxico”.

Quanto à possibilidade da agroecologia contribuir com o Beco, 90% dos entrevistados consideram que ela pode colaborar; uma não soube responder, por não ter ideia do que se trata; e uma entende que talvez tenha. Foram também referidas como possibilidades de contribuição da agroecologia a geração de postos de trabalho;

⁵³ No caso da cama de aviário, não chegou a ser verificada a origem do esterco. Sabe-se que uma das propriedades de produtores(as) existente no Beco é um estabelecimento que conta com criação de frangos para produção de ovos e tem certificação orgânica.

⁵⁴ Trecho da resposta de uma das entrevistadas à pergunta sobre a possibilidade da agroecologia ter alguma contribuição a dar para o Beco do Pesqueiro.

a possibilidade de se tornar um território voltado para a produção orgânica; práticas de educação ambiental; o rompimento com a lógica individualista; a prática de escambo; o melhor aproveitamento das habilidades existentes no Beco. A preocupação com os resíduos voltou a aparecer neste momento, pois ao menos um terço entende que a agroecologia incentivaria à separação de lixo e compostagem.

As respostas obtidas nesta parte da pesquisa indicam que, mais do que mera sobrevivência de práticas tradicionais, a relação destas pessoas com a terra, representa uma forma de resistência. Isto fica nítido quando cotejada com os posicionamentos frente aos conflitos socioambientais e, principalmente, nas motivações para as pessoas viverem no Beco do Pesqueiro. Cabe, ainda, identificar o nível de consciência a respeito dos possíveis significados de tais práticas, a fim de favorecer ações intencionadas em direção à manutenção e, mesmo, ampliação das condições de sua continuidade. De qualquer modo, em todos os casos, percebe-se que há espaço para a produção de racionalidades contra-hegemônicas.

5 OS MARICÁS FLORESCEM EM MEIO A TEMPESTADES

A importância da pesquisa engajada se encontra em contribuir para que os atores e grupos nela implicados construam conhecimento em torno dos objetivos definidos no processo. No caso da pesquisa-ação junto aos setores populares, envolve compromisso em provocar a reflexão acerca de suas concepções, de tal forma que favoreça a alteração da realidade em que se inserem e sobre a qual agem. Como afirma Thiollent (1996)

[...] as propostas de pesquisa-ação sempre apresentam algum aspecto político quanto ao tipo de comprometimento dos pesquisadores com a ação de grupos sociais, dentro de uma situação em transformação. [...] As práticas políticas não se limitam ao aspecto profissional, sempre possuem um aspecto militante e exigem maior comprometimento por parte dos organizadores da pesquisa⁵⁵.

No caso da pesquisa desenvolvida no Beco do Pesqueiro, cabe informar que as pesquisadoras são duas mulheres advindas do mundo da luta político-cultural e socioambiental, distantes da vida acadêmica, envoltas em suas realidades de mulheres pertencentes à classe trabalhadora, em um país de economia dependente.

⁵⁵ THIOLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 91.

Dependência que o torna, nos recentes ciclos de sua história, mais subordinado internacionalmente a interesses de grandes corporações e, em especial, grandes fundos de investimentos, cujos países de origem têm tido poder de impor acordos comerciais que os favoreçam. Mulheres trabalhadoras da periferia do sistema, portanto, mulheres cujas práticas são cotidianamente interpeladas pela lógica da reprodução social e, assim, de toda gama de tarefas de cuidados. Mulheres cujos corpos vivem as consequências da precarização da saúde e das condições de vida neste país Brasil latino-americano. Na experiência ora relatada, mulheres que colocam seu tempo, ânimo e capacidade no esforço de contribuir também teoricamente para o lado a que pertencem: o de um povo recorrentemente em busca de meios de tomar seu destino nas mãos para, fugindo da “alquimia colonial⁵⁶”, construir racionalidades não subordinadas ou subordinadoras.

Na trajetória aqui exposta, merece destaque a escuta atenta que o lugar de pesquisadoras-estudantes propiciou, pelo aprendizado que daí se desdobrou. Tal escuta facilitou a atividade de problematização cuidadosa do senso comum presente às falas dos entrevistados e às compreensões – e, muitas vezes, interpretações – das pesquisadoras. O percurso da pesquisa de tipo participante ofereceu instrumentos de aproximação aos moradores e demais pessoas implicadas em risco socioambiental, permitindo olhar para a problemática social, a partir dos diversos ângulos oferecidos por cada ator. Com isso, disponibilizou para o grupo da comunidade comprometido com os processos organizativos, assim como para as próprias pesquisadoras, caminhos para futuramente identificarem interesses em comum.

Como indicador do comprometimento com a pesquisa, realçamos o envolvimento de entrevistados em sugerir e mesmo mediar para que outras pessoas da comunidade aceitassem também dar entrevistas. Este movimento criou novos fios de relações que podem beneficiar o surgimento de novas tramas no tecido comunitário.

Relativamente ao Plano de Ação Territorial, a aproximação e adesão imediata e continuada de moradores, por si só, pôs em evidência a disposição existente no Beco para o avivamento da vida em comunidade. Por sua vez, a realização das atividades definidas pelo GT do PAT criou ambiente para a retomada da Feira Cultural do Beco do Pesqueiro, tão presente à memória afetiva de inúmeros(as) moradores(as). Por fim, percebeu-se que, sanado o anseio pelo convívio, foi possível que os envolvidos

⁵⁶ GALEANO, Eduardo. *op. cit.*, p. 14.

no GT do PAT dedicassem mais atenção aos fatores de risco socioambiental. Tal direcionamento do interesse foi facilitado, seguramente, pela ruptura da barreira de acesso a informações acerca das ameaças e às formas que o movimento social tem posto em prática para supera-las. Assim, a convivência fundada no interesse coletivo de conservar o território mantendo o seu perfil atual, relativamente preservado e marcado por relações não predatórias de parte da maioria de suas gentes, fortaleceu a disposição de enfrentamento aos perigos que se avizinham.

No contexto em que se insere o Beco do Pesqueiro, esta disposição é, ademais, uma necessidade. O projeto de lei recém aprovado, que altera as Diretrizes do Uso e Ocupação do Solo do Município de Viamão⁵⁷, apresenta como elemento central de sua justificativa a “rigidez locacional” dos minérios, tratados ali como recursos, e sua exploração como fator de desenvolvimento socioeconômico. Trata-se da reafirmação da subordinação do conjunto da vida à lógica do ganho econômico imediato e concentrado na direção de quem explora. Porém, para boa parte da comunidade do Beco – que como as demais da região, não foi consultada – o maior interesse, como demonstra a presente pesquisa, está voltado para a preservação de seu território de tal forma que permita a continuidade do modo de vida escolhido por quem ali reside.

Como afirma Henri Acselrad (2004),

Os objetos que constituem o “ambiente” não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia pois eles são culturais e históricos: os rios para as comunidades indígenas não apresentam o mesmo sentido que para as empresas geradoras de hidroeletricidade; a diversidade biológica cultivada pelos pequenos produtores não traduz a mesma lógica que a biodiversidade valorizada pelos capitais biotecnológicos etc.⁵⁸.

Outra abordagem utilizada pelos defensores da modalidade espoliadora dos territórios é a do desenvolvimento sustentável. Este discurso está presente na última versão da proposta de lixão, apresentada pela empresa responsável pelo projeto em

⁵⁷ VIAMÃO, RS. Lei nº 5485/2025, de 21 de março de 2025. Ementa: Altera o Anexo I da Lei Municipal nº 4.178 que Dispõe Sobre as Diretrizes do Uso e Ocupação do Solo do Município de Viamão. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/v/viamao/lei-ordinaria/2025/549/5485/lei-ordinaria-n-5485-2025-altera-o-anexo-i-da-lei-municipal-n-4178-que-dispoe-sobre-as-diretrizes-do-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-de-viamao>>. Acesso em: 21 abr. 2025.

⁵⁸ ACSELRAD; Henri. Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. In: ACSELRAD; Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll: Relume Dumará, 2004. Disponível em: <<https://conflitosambientais.org/wp-content/uploads/2023/06/Conflitos-Ambientais-no-Brasil-Acselrad-Henri.pdf>>.

reunião na Câmara Municipal de Viamão, ao afirmar que será implantado um EcoParque no local.

Em ambos os casos sobressai que na disputa que se abre entre as duas posições – proponentes e apoiadores dos projetos de exploração *versus* setores da comunidade que são contrários – “não está em causa apenas a escassez futura de meios que se anuncia, mas a natureza dos fins que norteiam a própria vida social”⁵⁹.

Como descrito nos trechos anteriores, a região em que se encontra o Beco liga-se, em razão dos ciclos hidrológicos, com sub-bacias e bacias hidrográficas essenciais para a RMPA, sendo fundamental para a vida de seres humanos e não humanos⁶⁰. Mais do que isto, a conformação atual desta região permite que se mantenha uma pluralidade de modos de vida – comunidades indígenas, quilombola, rurais, rururbanas, religiosas – cuja existência está intimamente ligada a sua preservação.

Estudos recentes, como é o caso do trabalho de conclusão de Flora Rangel da Silva Chiarelli (2024)⁶¹, revelam que o Beco do Pesqueiro já vem perdendo nascentes que alimentam o Arroio Pesqueiro em razão da atividade pecuária. Isto ocorre porque, com a construção de açudes para atender o gado, acontece a vazão das águas do Pesqueiro para estes locais. Esta atividade já tem motivado a perda de parte da cobertura vegetal recuperada após mais de quatro décadas de interrupção da extração de pedras⁶².

A imposição de empreendimentos cujo funcionamento alterarão definitivamente a face destes lugares são atualizações da “engenharia ecológica das paisagens da terra”, conforme aponta Malcom Ferdinand (2022)⁶³. Representam a afirmação da imposição de um só modo possível de organização da vida social, que mantém como

⁵⁹ Idem; Apresentação.

⁶⁰ Geologicamente esta região está localizada entre o Escudo Uruguaio Sul-Rio-Grandense e a Planície Costeira do Rio Grande do Sul, a Bacia de Pelotas. Por sua vez, acerca da Bacia de Pelotas avizinham-se conflitos socioambientais em razão da recentemente divulgada descoberta reserva de petróleo. Diante disso, é preciso considerar e estar atentos para o fato de que o Aquífero da Coxilha das Lombas encontra-se na rota que leva ao litoral norte do Rio Grande do Sul, área de potencial interesse logístico para escoamento de produção.

⁶¹ CHIARELLI, Flora Rangel da Silva. Mudanças de uso e cobertura nas áreas de preservação permanente (APP) no entorno dos cursos d'água da microbacia do Arroio Pesqueiro, Bacia do Gravataí (Viamão). 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/285423?show=full> > . p. 52-53.

⁶² GRUBER, Northon Amaral Sambaqui. Análise de Mudanças de Uso e Cobertura da Terra na Microbacia do Arroio Pesqueiro em Viamão - RS entre os anos de 1975 e 2015. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/278781> > . p. 35.

⁶³ FERDINAND, Malcom. *op. cit.* p. 58.

parâmetro para relação com nossos territórios a capacidade de inseri-los nos ciclos mercantis.

Como desdobramentos da “engenharia de paisagens” aplicada ao Brasil, temos que os seis biomas presentes ao território nacional se encontram em franca degradação⁶⁴; 34% dos municípios apresentam riscos de desastres ambientais⁶⁵; as principais bacias hidrográficas correm risco de redução drástica da disponibilidade de água⁶⁶; menos de 1% nos estabelecimentos agrícolas é proprietário de aproximadamente 45% da área agricultável do país⁶⁷, sendo que o grupo das 10% maiores fica com 73%⁶⁸; o agronegócio representa quase metade das exportações brasileiras⁶⁹; a fome afeta uma em cada 15 pessoas, no país⁷⁰; a agricultura brasileira utiliza mais agrotóxicos do que China e EUA juntos⁷¹ e; 26% dos alimentos consumidos por brasileiros guardam resíduos destes produtos⁷². Este quadro,

⁶⁴ Até 25% da vegetação nativa do Brasil pode estar degradada. MapBiomas Brasil. 05 jul. 2024. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/2024/07/05/ate-25-da-vegetacao-nativa-do-brasil-pode-estar-degradada/>>.

⁶⁵ BRASIL. Agência Brasil. Brasil tem 1.942 cidades com risco de desastre ambiental. Empresa Brasil de Comunicação, 18 mai. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/brasil-tem-1942-cidades-com-risco-de-desastre-ambiental>>.

⁶⁶ BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico-ANA. ANA lança estudo sobre impactos da mudança climática nos recursos hídricos das diferentes regiões do Brasil. Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional. 31 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/ana-lanca-estudo-sobre-impactos-da-mudanca-climatica-nos-recursos-hidricos-das-diferentes-regioes-do-brasil>>.

⁶⁷ Menos de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural brasileira. OXFAM Brasil. 27 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metad-e-da-area-rural-brasileira/>>.

⁶⁸ PINTO, Luis Fernando Guedes et al. Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil - o mapa da desigualdade. Sustentabilidade em Debate, IMAFLORA. Nº 10, (abr. 2020). Disponível em: <https://admin.imaflora.org/public/media/biblioteca/1588007031-resumo_sustentabilidade_terras_agricolas.pdf>.

⁶⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Exportações do agronegócio ultrapassam US\$ 153 bilhões no acumulado de 2024. Ministério da Agricultura e Pecuária, 17 dez. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-ultrapassam-us-153-bilhoes-no-acumulado-de-2024>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

⁷⁰ ANTUNES, André. Fome recua, mas ainda afeta uma em cada 15 pessoas no Brasil, diz ONU. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ, 25 JUL. 2024. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/fome-recua-mas-ainda-afeta-uma-em-cada-15-pessoas-no-brasil-diz-onu>>.

⁷¹ KONCHINSKI, Vinicius. Brasil usa mais agrotóxicos que Estados Unidos e China juntos. Brasil de Fato, Curitiba, 05 fev. 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/05/brasil-usa-mais-agrotoxicos-que-estados-unidos-e-china-juntos/>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

⁷² Brasil bate recorde na liberação de novos agrotóxicos em 2024. Aliança Pela Alimentação Adequada e Saudável. 31 jan. 2025. Disponível em: <<https://alimentacaosaudavel.org.br/blog/brasil-bate-recorde-na-liberacao-de-novos-agrotoxicos-em-2024/12201/>>.

resultante de séculos de rapinagem, traz à tona que a situação que se estende sobre a região em que o Beco está situado, embora apareça como um problema local, na realidade, expressa uma lógica estrutural.

Diante disso, compreende-se a preocupação inicial, estabelecida pelo GT do PAT, quanto ao tema da mobilização a fim de enfrentar tais ameaças, cuja velocidade com que se impõem cumpre o papel de reduzir as condições de resistência da população local. Frente a tal realidade a opção assumida por quem se opõem à “alquimia colonial”⁷³ tem sido a de buscar caminhos para manter e fortalecer sua organização. No caso do lixão, no momento em que a escrita do presente trabalho estava em vias de encerramento, o Movimento Não ao Lixão comemorava a mais importante iniciativa de uma estrutura estatal favorável ao pleito do movimento. O Ministério Público Federal-MPF, após várias reuniões em que foi instado a agir, tomou a iniciativa de entrar com Ação Civil Pública exigindo que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT⁷⁴ seja respeitada.

Este resultado reafirma que tornar público e coletivo os riscos socioambientais e exercitar a ação política na forma da luta popular, continua sendo um caminho capaz de criar espaço de poder contra-hegemônico. Utilizando-nos de Joan Martínez Alier (2007), entendemos que para os setores sociais interessados na defesa de seus territórios, opções voltadas a acordos mitigatórios, não representam solução, pois [...] a resolução do conflito não implica em resolução do problema. Na realidade, buscando avançar na solução do problema, o que é necessário é *exacerbá-lo*⁷⁵.

5.1 Desafios: superar impasses e tecer novas tramas

As respostas ao problema colocado pelo GT do PAT passam por alguns desafios que extrapolam o período da realização do presente trabalho. Em sua maioria, são desafios existentes em boa parte dos grupos populares e setores sociais que buscam se organizar para superar a dinâmica de exploração e espoliação. Na pesquisa aqui exposta, mostrou-se relevante um esforço no sentido de desmistificar a

⁷³ GALEANO, Eduardo. *op. cit.*, p. 14.

⁷⁴ A Convenção 169 Organização Internacional do Trabalho-OIT busca garantir direitos de povos indígena e tribais, tendo efeito vinculante sobre as ações governamentais dos países signatários. Entre as definições da Convenção, a exigência de consulta às populações impactadas pelas ações têm sido essencial para a garantia do exercício de direitos pelas mesmas. Para maior conhecimento, conforme: . <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%A4Dgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%20C2%BA%20169.pdf>.

⁷⁵ ALIER, Joan Martínez. *op. cit.* p. 108; grifo do autor.

“política”, a fim de que a ausência e, mesmo, abandono por parte das estruturas de Estado não sejam naturalizadas. E, principalmente, que os atores que ocupam os espaços do Poder Público não se sintam a vontade para ignorar os interesses de quem vive e constrói cotidianamente seus territórios.

A superação deste desafio é precedida de outro, que envolve o rompimento com o individualismo, mas também a capacidade de enfrentar as divergências existentes no interior do próprio território. A dificuldade de abordar situações conflituosas como danos produzidos pela própria vizinhança, como derrubadas de árvores nativas, contaminação de nascentes, a caça a animais silvestres e o fracionamento do solo pode ampliar as desconfianças e, ainda, gerar afastamentos ou desânimo.

Por fim, um desafio de igual dimensão seria o de contribuir para que os moradores atinjam a compreensão de que participação comunitária, na medida em que propicia a criação de laços de identidade e cooperação e ainda favorece a circulação de informações e tomada de decisões coletivas, é determinante para a preservação de seus modos de vida, daqueles aspectos como a água tão apreciada por todos, ou mesmo a busca de melhoria na qualidade dos serviços públicos.

5.2 Beco do Pesqueiro: construindo saídas na convivência comunitária

*Um mais um é sempre mais que dois
Para melhor juntar as nossas forças⁷⁶*

A ida a campo permitiu verificar que as diferenças de classe social e de renda não vinham sendo determinantes para a rejeição aos empreendimentos de grande impacto socioambiental. Tampouco há menor interesse em preservar entre os “nativos”, porém, efetivamente, há maior apoio de pessoas deste grupo aos projetos que ameaçam a região. Trata-se, em geral, de pessoas que vivem relações de dependência com relação ao Poder Público e/ou às pessoas da região que mantêm interesse econômico nos projetos.

Diante disto, a busca de alternativas econômicas que valorizem os gostos, disposições e capacidades de perfil preservacionista já presentes ao território, pode significar um diferencial. Cabe lembrar que a estratégia de acenar com possíveis

⁷⁶ O Sal da Terra; Beto Guedes.

ganhos para os setores mais vulneráveis social e economicamente tem sido recorrente. Com poucas saídas, é comum que pessoas nestas condições acreditem nas promessas de emprego, assistência e melhorias de infraestrutura realizadas tanto pelos empreendedores como pelo poder público⁷⁷.

Assim, apostar em projetos voltados ao apoio a iniciativas agroecológicas poderiam oferecer respostas capazes de articular parte importante das dificuldades enfrentadas no nível do território. Isto porque a agroecologia envolve a produção e compartilhamento de saberes e práticas voltados à produção e reprodução da vida com qualidade. Propostas desta ordem poderiam incluir o pleito de que o Beco do Pesqueiro seja reconhecido como área de interesse especial, não a fim de ser vitrine, mas de poder irradiar tal perspectiva para outras áreas, a exemplo das experiências de designação de territórios de interesse cultural⁷⁸. Projetos destinados a tornar esta região um polo agroecológico poderiam, ainda, prever o apoio para que moradores do local pudessem cumprir o papel de guardiões da natureza.

Partindo da disposição expressa por inúmeros dos entrevistados em relação à participação em atividades de perfil coletivo em diferentes áreas de interesse – religiosas, culturais, esportivas, etc. – a criatividade dos mobilizadores e organizadores⁷⁹ em criar modos distintos de inclusão destes moradores pode ser um diferencial na aproximação dos mesmos. No mesmo sentido, as inúmeras formas como a questão educativa foi mencionada – seja na preocupação ambiental, seja quanto a formações técnicas de cunho agroecológico – pode sugerir abertura para a criação de um percurso formativo para grupos da comunidade.

Ainda relacionado ao tema do conhecimento, o pouco acesso à informação acerca dos reais problemas envolvidos nas ameaças a que o território do Beco do Pesqueiro está submetido, mereceria atenção quanto ao desenvolvimento de estratégias que contribuam para melhor compreensão do cenário e seus possíveis desdobramentos. Em vista disto, já há experiências comunitárias em diferentes

⁷⁷ Os estudos desenvolvidos pela pesquisadora Lair Medeiros de Araújo (2020), junto à comunidade da Santa Tecla, em Gravataí, são profícuos em mostrar esta realidade. DE ARAÚJO, Lair Medeiros. Lixão, Mineração e Moradores “sacrificados”: conflitos ambientais e “alternativas infernais” na comunidade rural Santa Tecla, Gravataí. Páginas 166-172.

⁷⁸ Não seria o caso de se aplicar a mesma medida, mas a título de exemplo tem-se o caso da Feira de Agricultores Ecologistas-FAE, tornada de relevante interesse cultural, pela Lei 15.296 de 2019, conforme MOLINA, Leandro. Relevante interesse cultural da Feira Ecológica da Redenção é Lei no Rio Grande do Sul. Site da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – ALRS. Porto Alegre, 29 jul. 2019. Disponível em: <<https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/317731>>.

⁷⁹ No caso do Beco do Pesqueiro isto envolve, atualmente, as pessoas que compuseram o GT do PAT e quem tem estado à frente da retomada da Feira Cultural.

territórios e áreas de atuação de criação de comitês, fóruns e frentes voltados, por um lado, para a defesa dos interesses comuns e da preservação ambiental e, por outro, pela produção e disseminação de informações de qualidade para as pessoas diretamente afetadas. Tais experiências poderiam ser referência para os próximos passos do Beco.

Finalmente, mostra-se necessário o registro de trabalhos que versem sobre a realidade dos territórios e das comunidades que os produzem, assim como de casos de mobilização social. Na realidade do município de Viamão tais iniciativas são escassas, reforçando a longa história de apagamento das formas de ação política, social e cultural originadas dos esforços de organização popular. Possivelmente, daí derive parte das dificuldades para uma análise mais fidedigna dos verdadeiros problemas enfrentados para mobilizar em torno de pautas comuns. No entanto, para superar tal lacuna, seriam necessários maiores investimentos por parte das instituições públicas, em especial, as de ensino, pesquisa e extensão.

Foto 12. Maricá em flor, em frente a um dos muitos açudes do Beco do Pesqueiro.



Fonte: acervo pessoal de Iliete Citadin (2021)

REFERÊNCIAS

ACSELRAD; Henri. Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. *In*: ACSELRAD; Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll: Relume Dumará, 2004. Disponível em: <<https://conflitosambientais.org/wp-content/uploads/2023/06/Conflitos-Ambientais-no-Brasil-Acselrad-Henri.pdf>>. Acesso em: 30 OUT. 2024.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007. 379 p.

ANTUNES, André. Fome recua, mas ainda afeta uma em cada 15 pessoas no Brasil, diz ONU. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ, 25 JUL. 2024. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/fome-recua-mas-ainda-afeta-uma-em-cada-15-pessoas-no-brasil-diz-onu>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

Até 25% da vegetação nativa do Brasil pode estar degradada. **MapBiomas Brasil**. 05 jul. 2024. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/2024/07/05/ate-25-da-vegetacao-nativa-do-brasil-pode-estar-degradada/>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

Brasil bate recorde na liberação de novos agrotóxicos em 2024. **Aliança Pela Alimentação Adequada e Saudável**. 31 jan. 2025. Disponível em: <<https://alimentacaosaudavel.org.br/blog/brasil-bate-recorde-na-liberacao-de-novos-agrototoxicos-em-2024/12201/>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico-ANA. ANA lança estudo sobre impactos da mudança climática nos recursos hídricos das diferentes regiões do Brasil. Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional. 31 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/ana-lanca-estudo-sobre-impactos-da-mudanca-climatica-nos-recursos-hidricos-das-diferentes-regioes-do-brasil>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Agência Brasil. Brasil tem 1.942 cidades com risco de desastre ambiental. Empresa Brasil de Comunicação, 18 mai. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/brasil-tem-1942-cidades-com-risco-de-desastre-ambiental>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Exportações do agronegócio ultrapassam US\$ 153 bilhões no acumulado de 2024. Ministério da Agricultura e Pecuária, 17 dez. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-ultrapassam-us-153-bilhoes-no-acumulado-de-2024>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

MOREIRA, José Roberto. **Cultura, Política e o Rural na Contemporaneidade**. *In*: Congresso Brasileiro de Sociologia, XI, 2003, UNICAMP, Campinas, SP; GT 5. Do Monopólio da Modernização à Diversidade do Progresso Social: As formas sociais de produção na agricultura brasileira. Disponível em:

<https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1222&Itemid=170> .

CHIARELLI, Flora Rangel da Silva. **Mudanças de uso e cobertura nas áreas de preservação permanente (APP) no entorno dos cursos d'água da microbacia do Arroio Pesqueiro, Bacia do Gravataí (Viamão)**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/285423?show=full>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

DE ANGELIN, Luana Vieira. A Igreja de Santa Luzia. *In*: BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Raízes de Viamão: Memória, história e pertencimento**. Porto Alegre – FAPA, EST, 2008. p. 119-120.

DE ARAÚJO, Lair Medeiros. **Aterro, Lixão, Mineração e Moradores “sacrificados”**: conflitos ambientais e “alternativas infernais” na comunidade rural. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172613>>. Acesso em: 31 jul. 2024.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução de Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos-FDRH/RS, Escola Nacional de Administração Pública. **Curso de Elaboração de Projetos**. Mimeo.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 307 p.

GRUBER, Northon Amaral Sambaqui. **Análise de Mudanças de Uso e Cobertura da Terra na Microbacia do Arroio Pesqueiro em Viamão - RS entre os anos de 1975 e 2015**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/278781>> . Acesso em: 29 nov. 2024.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul-IFRS. **Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Agroecologia**. Viamão, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul-IFRS/Campus Viamão, 2022. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/viamao/wp-content/uploads/sites/11/2022/12/ANEXO-1-PPC_Especializacao-Agroecologia.docx.pdf> . Acesso em: 02 abr. 2025.

Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. **A Geologia de Viamão (RS): Recursos Naturais e Uso do Solo. Relatório Técnico-Científico 01**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, 2021.

KARPINSKI, Bruna. **Neorrurais agroecologistas e o desenvolvimento rural sustentável**: o caso das produtoras e dos produtores agroecológicos da RAMA. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/216646>> . Acesso em: 15 abr. 2025.

KONCHINSKI, Vinicius. Brasil usa mais agrotóxicos que Estados Unidos e China juntos. Brasil de Fato, Curitiba, 05 fev. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/05/brasil-usa-mais-agrotoxicos-que-estados-unidos-e-china-juntos/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

LITTLE, Paul Eagleson. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade**: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. Disponível em: <<https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12789/Livro-ADifícilSustentabilidade-MarcelBursztyn.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. A dialética da dependência. Traduzido por CARCANHOLO, Marcelo, Universidade Federal de Uberlândia – MG; post-scriptum traduzido por MARTINS, Carlos Eduardo, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acessado em 04 abr. 2025.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A questão agrária no Brasil; da colônia ao Governo Bolsonaro**. Arquivo em PDF – Disciplina Territórios e Conflitos Fundiários no Brasil - Curso de Especialização em Agroecologia/IFRS-Viamão. Viamão, 2023.

Menos de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural brasileira. OXFAM Brasil. 27 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

Mineradora regularizada é renda e responsabilidade ambiental. **Site da Prefeitura Municipal de Viamão**. 05, jun. 2018. Disponível em: <https://www.viamao.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/4016/mineradora-regularizada-e-renda-e-responsabilidade-ambiental>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MOLINA, Leandro. Relevante interesse cultural da Feira Ecológica da Redenção é Lei no Rio Grande do Sul. Site da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – ALRS. Porto Alegre, 29 jul. 2019. Disponível em: <<https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/317731>>. Acesso em 18 abr. 2025.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. Tudo é história, Vol. 12. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Mulheres Atingidas – territórios atravessados por megaprojetos (Apresentação). In: QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin. **Mulheres atingidas: territórios atravessados por megaprojetos**. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2021. Disponível em:

<<http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/mulheres-atingidas-territorios-atravesados-por-megaprojetos/>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

NOGUEIRA, Geovane Rangel Ferreira. **A extração de areia em cursos d'água e seus impactos, proposição de uma matriz de interação**. Trabalho Final de Curso (Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária) - Curso de Engenharia Ambiental E Sanitária, UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/engsanitariaeambiental/files/2014/02/TFC_Vers%C3%A3oFinal.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2025.

PINTO, Luis Fernando Guedes *et al.* **Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil - o mapa da desigualdade**. Sustentabilidade em Debate, IMAFLORA. Nº 10, (abr. 2020). Disponível em: <https://admin.imaflora.org/public/media/biblioteca/1588007031-resumo_sustentabilidade_terras_agricolas.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

Retirada de areia impacta área em Viamão. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 set. 2013. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/09/retirada-de-areia-impacta-area-em-viamao-4267456.html#:~:text=Clareiras%20abertas,multadas%20ou%20interditadas>>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SILVA, Camilla Veras Pessoa. **Mulheres atingidas pela mineração e barragens: impactos e resistências**. Conexão Política [recurso eletrônico]/ Universidade Federal do Piauí. v. 10, n. 2 (jul./dez., 2021) p. 96-12. Disponível em: <<https://periodicos.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/5357/4244>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SILVA, Merli Leal. **Compilado de termos da agroecologia política**. Arquivo em PDF – Disciplina de Políticas Públicas e Legislação em Agroecologia – Curso de Especialização em Agroecologia/IFRS-Viamão. Viamão, 2024.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996. 107 p.

TROCATE, Charles; COELHO, Tádzio. **Quando vier o silêncio: O problema mineral brasileiro**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Expressão Popular, 2020. 146 p. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2020/12/quando_vier_silencio.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2025.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. **Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas**. Desenvolvimento e Meio Ambiente [recurso eletrônico]/ Editora UFPR, n. 19 (jan./jun. 2009), p. 145-157. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/13564/10890>. Acesso em: 03 ago. 2024.

VIAMÃO, RS. **Lei nº 5485/2025, de 21 de março de 2025**. Ementa: Altera o Anexo I da Lei Municipal nº 4.178 que Dispõe Sobre as Diretrizes do Uso e Ocupação do Solo do Município de Viamão. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/v/viamao/lei-ordinaria/2025/549/5485/lei-ordinaria-n-5485-2025-altera-o-anexo-i-da-lei-municipal-n-4178-que-dispoe-sobre-as-diretrizes-do-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-de-viamao>> . Acesso em: 21 abr. 2025.

APÊNDICE A. FICHA DE DEFINIÇÕES



Ficha de definições utilizadas junto ao Roteiro de Entrevistas aplicado por Iliete Aparecida Citadin e Zadelene Zaro - Curso de Especialização em Agroecologia do IFRS Campus Viamão

Conceitos ou definições teóricas são sempre formas parciais de explicar a realidade. E, portanto, estão sujeitas às alterações vividas pelas sociedades que elas pretendem explicar. Isto é ainda mais verdadeiro, quando utilizamos definições de áreas do conhecimento que estão em processo de formação. Principalmente quando estas áreas são disputadas por grupos com interesses políticos muito distintos, como são os casos da agroecologia e dos conflitos socioambientais. Por isto, estamos trabalhando com noções de agroecologia e conflitos socioambientais desenvolvidas por nós, em nossas experiências de estudos destes temas, mas principalmente como pessoas comprometidas com uma sociedade que valorize a vida acima do lucro e em que o trabalho e a natureza não sejam tomados como mercadoria.

Agroecologia

Trabalhamos com a noção, vinda da observação das vivências em agroecologia, de que ela trata de uma proposta de mudança no modo de produção agroalimentar que exige alterações profundas na nossa relação com o meio ambiente e com o trabalho. As formas de construção dessa proposta envolvem movimento político, social e cultural; valorização e aprendizado das práticas tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas e de pequenos e pequenas agricultores/as), dos saberes populares e dos setores envolvidos em lutas sociais, resultando em produção de conhecimento, elaboração e implementação de políticas públicas e promoção de justiça socioambiental.

Conflitos socioambientais

Entendemos como conflito socioambiental toda intervenção humana que gere impacto para populações e o ambiente natural, em razão de interesses de obtenção de ganhos particulares, que envolvam relações desequilibradas de poder, podendo estes impactos serem imediatos, ou futuros.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS



Roteiro de Entrevista - Plano de Ação Territorial Beco do

Pesqueiro:

Alunas Responsáveis:

Iliete Aparecida Citadin

Zadi Zaro

* Sobre a aplicação do roteiro: as questões de múltipla escolha foram inseridas somente para facilitar a anotação por parte das pesquisadoras, não sendo oferecidas às(aos) entrevistadas(os).

Roteiro:

1. Identificação

1.1 - Nome

1.2 - Idade

1.3 - Endereço

1.4 - Tempo de residência no Beco do Pesqueiro

1.5 - Tem alguma orientação espiritual? Poderia informar qual?

2. Sobre a história do Beco do Pesqueiro:

2.1 - O que conhece da história da Comunidade?

2.2 - Quais as principais mudanças que percebeu no período em que vive no beco?

3. Sobre a relação com o território:

3.1 - Gosta de viver no Beco? Por quê:

3.2 - Que aspectos da vida no Beco considera positivas, quais considera negativos/ positivos:

3.3 - Relação de vizinhança:

() positivo () negativo () regular ou indiferente

3.4 - Acesso a serviços públicos/coletivos:

- a. Energia elétrica () positivo () negativo () regular ou indiferente
- b. Água () positivo () negativo () regular ou indiferente
- c. Saneamento () positivo () negativo () regular ou indiferente
- d. Transporte () positivo () negativo () regular ou indiferente
- e. Educação () positivo () negativo () regular ou indiferente
- f. Saúde () positivo () negativo () regular ou indiferente
- g. Segurança () positivo () negativo () regular ou indiferente
- h. Cultura () positivo () negativo () regular ou indiferente
- i. Lazer () positivo () negativo () regular ou indiferente
- j. Preservação do ambiente natural () positivo () negativo () regular ou indiferente
- k. Oferta de trabalho/emprego () positivo () negativo () regular ou indiferente

3.5 - Já participou de alguma atividade/movimento político, social ou cultural no Beco do Pesqueiro ou que envolvesse interesses da comunidade? Qual?

3.6 - Atualmente, participa de alguma atividade política ou social na comunidade/ Qual?

3.7 - Já teve ou tem no atualmente alguma forma de envolvimento com algum tipo de coletivo, grupo ou atividade que reúna pessoas do Beco? Qual? Com que objetivo?

3.8 - Caso não participe, quais as principais razões? (Focar na verificação do tempo livre e da qualidade do tempo de convívio)

3.9 - De que tipo de atividade teria interesse em participar na comunidade?

4. *Sobre a relação com a agroecologia:*

4.1 - Já ouviu falar em agroecologia?

- a. () Sim

Onde? () TV. () Rádio. () Redes Sociais. () Outro canal: _____

b. () Não

4.2 - Qual tua ideia do que seja agroecologia?

4.3 - Costuma cultivar algum(ns) plantio(s) na sua área de moradia?

a. () Sim

a-1. O quê cultiva?

() plantas alimentícias

() plantas medicinais

() mudas

() plantas ornamentais

() árvores

a-2. Com que finalidade?

() ornamentação

() complemento da alimentação familiar

() comercialização

a-2.1. Em caso afirmativo, onde comercializa?

() para o comércio local

() para redes de mercados

() em feiras na cidade

() em feiras fora da cidade

a-3. Qual tipo de manejo utiliza?

() adubos químicos

() pesticidas

() controle manual, com insumos naturais e/ou biocontrole

() cobertura vegetal

() manejo de canteiros / de que tipo?

() composto orgânico Caso utilize, qual a origem? () adquire composto pronto () produz seu próprio composto

a-4. Caso não realize reaproveitamento de material orgânico para produção composto, qual a razão para tal?

- () não conhece as técnicas/metodologias
- () considera o manejo muito trabalhoso
- () não considera útil

b. () Não cultiva

b-1. Por quê?

- () Não tem espaço suficiente
- () Não tem tempo
- () não considera interessante

4.4 - (Breve apresentação do conceito de agroecologia) A partir da exposição, considera que a agroecologia teria alguma contribuição a dar para a comunidade do Beco do Pesqueiro?

a. () Sim

a-1. Qual:

- () Oferta de postos trabalho
- () atração de novos moradores que se identificam com a vocação da região
- () potencial de se tornar polo de turismo ecológico
- () potencial para se tornar polo de produção de alimentos orgânicos
- () incentivo a tratar os resíduos, fazendo compostagem, separando o lixo
- () outra razão _____

b. () Não

5. Sobre potenciais conflitos socioambientais:

5.1 - Já ouviu falar da proposta de instalação de um lixão ou de aterro sanitário na região?

a. Sim ()

a-1. () Lixão. b-2. () Aterro sanitário.

a-3. Em caso afirmativo, de onde veio a informação:

- () TV. () Propaganda institucional governo municipal. ()
- propaganda institucional empresas interessadas. () redes sociais. ()
- Rádio. () pessoas da comunidade. () movimento social. Qual? _____
- Outro canal () Qual? _____

b. () Não ouviu falar

5.2 - O que pensa desta proposta?

a-1. Considera positiva ()

Por quê:

() atração de empregos.

() melhoria da infraestrutura

() atração de novas empresas/oportunidades de negócios

() Outros. Quais: _____

b-1. Considera negativa ()

Por quê?

() Impactos ambientais relacionados à qualidade da água

() Impactos ambientais relacionados à contaminação do solo

() Impactos sanitários em razão do potencial aumento de vetores

() Impactos econômicos resultantes de desvalorização da área

() Impactos na infraestrutura, destruição das ruas e estradas

() Outros. Quais: _____

5.3 - Já ouviu falar da iniciativa de realização de extração de areia na região?

a. () Sim b. () Não

a-1. Em caso afirmativo, de onde veio a informação:

() TV. () Propaganda institucional governo municipal. ()

propaganda institucional empresas interessadas. () redes sociais. ()

Rádio. () pessoas da comunidade. () movimento social. Qual? _____

Outro canal () Qual? _____

a-2. Considera positiva ()

Por quê:

() atração de empregos

() melhoria da infraestrutura

() atração de novas empresas/oportunidades de negócios

() Outros. Quais: _____

a-3. Considera negativa ()

Por quê?

- Impactos ambientais relacionados à movimentação de solo;
- Impactos ambientais relacionados à poluição auditiva;
- Impactos econômicos resultantes de desvalorização da área;
- Impactos ambientais relacionados a escassez e/ou contaminação da água
- Remoção da cobertura vegetal existente; erosão
- Riscos para a infraestrutura existente no Beco.
- Outros. Quais: _____

5.4 - Em que medida as mudanças e/ou eventos climáticos afetam o Beco do Pesqueiro?

- a. Vem afetando
 - deteriora infraestrutura das ruas e estradas
 - falta/ou redução da disponibilidade de água nos poços
 - árvores atingidas pelos raios
 - gera danos às moradias
 - afeta fornecimento de serviços de eletricidade
 - afeta fornecimento de serviços de comunicação

- b. Não vem afetando